

AMOR SUBLIME

A M O R
S U B L I M E

pelo

P.^o M. EUGÉNIO BOYLAN

O. Cist. R.

Edição da União Gráfica
Rua de Santa Marta, 48
L I S B O A

NIHIL OBSTAT

Olisipone, 10 Octobris 1955

Michael A. de Oliveira

IMPRIMATUR

Olisipone, 12 Octobris 1955

† *EM., Card. Patriarcha*

Tradução da obra THIS TREMENDOUS LOVER,
editada pela casa THE MERCIER PRESS, LTD, de Cork

PREFÁCIO

NA ordem natural verifica-se um fenómeno que nos dá uma ideia dum grande princípio da ordem sobrenatural: é a estrutura e o crescimento dos cristais.

Cada substância cristalina tem a sua forma característica e própria, e todas as vezes que se formam cristais completos, não só todo o cristal, mas também cada unidade de que se compõe, tem essa forma particular.

Se um cristal é imerso numa solução adequada da substância de que se compõe — a água-mãe, nome pelo qual é conhecida — esse cristal crescerá atraindo a si o material da solução, formando-o à sua própria imagem e semelhança e unindo-o depois a si por tal forma, que a nova unidade, de maiores dimensões, é a reprodução exacta do núcleo original e de cada uma das partes componentes.

O mesmo succede com Cristo. Erguido na Cruz, Ele atrai a Si todas as coisas; como diz S.^{to} Ireneu: «Ele recapitulou em Si a história da humanidade «unindo-nos a Si» e dando-nos a salvação, a fim de que pudéssemos recuperar em Jesus Cristo o que tínhamos perdido em Adão, isto é, a imagem e semelhança de Deus».

Sobre a Cruz, Cristo «resumiu», em acto de sacrificio, toda a Sua vida e todo o Seu amor. Com a Sua vida e a Sua morte, Ele «resume» toda a vida e destinos da Sua Igreja e também toda a vida e morte de cada membro dessa Igreja.

Verifica-se, evidentemente, diversidade individual entre os membros, mas existe também uma unidade fundamental de padrão.

Para nos apercebermos disso, temos em primeiro lugar de perscrutar as camadas inferiores das diferenças individuais, para observarmos o padrão comum, e colocarmo-nos depois a razoável distância da unidade completa para a observarmos na sua totalidade; porque, se não virmos de relance qualquer coisa da sua plenitude — com dificuldade compreenderemos o significado integral do destino individual de cada um de nós, e do elo comum que nos enlaça todos!

Na verdade, o elo comum — o elo de toda a perfeição — é o amor, e a magnificência do todo é a unidade do amor. O modelo supremo é a Santíssima Trindade — «para que sejam um, como também nós somos um» (1).

E a consumação final e consecução do todo estão resumidas numa frase audaz e fecunda de Santo Agostinho: «E haverá um Cristo que Se amará a Si mesmo» (2).

«Porque ninguém pode amar o Pai, sem amar o Filho, e aquele que ama o Filho ... ama igualmente todos os membros do Filho.

E amando, converte-se também em membro. Através do amor, entra na unidade do corpo de Cristo — e haverá um Cristo amando-se a Si mesmo — porque, quando os membros se amam uns aos outros, o corpo ama-se a si mesmo».

O presente livro é uma tentativa para descrever essa história de amor de Deus e do homem, a qual atinge a sua consumação na unidade de Cristo e para provar que a vida espiritual é uma sociedade de amor entre Deus e o homem, que se pode resumir numa única palavra: Cristo.

Em vez de descrever uma simples união de camaradagem, tentámos adoptar o conceito de S. Paulo duma unidade orgânica num Corpo — num Cristo.

Porque existe semelhança entre o núcleo e o todo e entre aquele e cada uma das partes que o compõem, como se deduz da imagem da estrutura do cristal, tal processo pode parecer, por vezes, que leva à confusão e até à contradição,

(1) S. João, XVII, 22.

(2) S.^{to} Agost. carta aos Partos, P. L., Vol. 35, 2055.

tanto mais que o nosso objectivo principal não é escrever uma exposição teológica da doutrina do Corpo Místico, mas mostrar como essa doutrina pode ser utilizada como base da vida espiritual, e como dela podemos deduzir algumas ideias e princípios que servirão para afervorar essa vida nas almas do comum dos cristãos.

Seguindo o exemplo de S. Paulo, falamos algumas vezes de Cristo como indivíduo que é a Cabeça, distinguindo-O da sociedade dos membros individuais, que formam o Corpo; outras vezes referimo-nos a Cristo, como todo o Corpo, composto de cabeça e membros.

Dizemos também que «estamos em Cristo» e que Cristo está «em nós».

Surge, porém, ainda nova dificuldade, quando consideramos os membros individuais já incorporados em Cristo pelo baptismo, em relação a Cristo considerado como indivíduo, totalmente separado deles, como está, por exemplo, no Santíssimo Sacramento.

Tal confusão acompanha sempre, aliás, toda a tentativa para discutir e representar em duas dimensões o que, na realidade, é uma entidade de quatro dimensões, desafiando assim as limitações do espaço e do tempo e estendendo-se do tempo para a eternidade, e desta outra vez para o tempo.

Para não aumentar esta confusão, incluímos com pesar num só capítulo as considerações sobre a parte desempenhada por Nossa Senhora na formação de todo o Cristo na nossa vida espiritual.

Ela desempenha, na realidade, parte importante -- poderíamos dizer mesmo essencial -- em todos os capítulos, e tanto assim é, que esperamos ainda, com a graça de Deus, produzir trabalho mais extenso sobre a parte que desempenha como Mãe de Todo o Cristo.

Voltemos por agora ao exemplo do cristal que cresce na água-mãe. Notemos que a substância a unir-se ao cristal que cresce tem, antes de mais nada, de se dissolver no liquido que o cerca.

Eis aqui uma imagem que, sob reserva, se pode aplicar a N.^a Senhora.

Se Cristo é o Cristal, Maria é a água-mãe, porque não há dúvida de que tudo nos vem através d'Ela e é por Ela que nós vamos até Cristo.

Não há caminho mais seguro e mais fácil de nos unirmos a Cristo, do que «dissolvendo-nos» em Maria. Devemos, porém, lembrar-nos de que todo o Seu poder de «dissolução» se deve à Sua união íntima, com Cristo.

O químico, ao recordar o papel desempenhado pelo dissolvente em promover qualquer acção química e a união entre duas substâncias, não pode deixar de se lembrar do papel que Maria desempenha no processo da união dos homens com Deus. E a imagem da «solução» pode ainda com mais razão aplicar-se ao começo da nossa união com Deus. Porque «uma virgem conceberá e dará à luz um filho e o seu nome será Emmanuel — que quer dizer: Deus conosco» (1).

A principal razão por que se publica este livro é promover o desenvolvimento desta união com Deus na vida dos fiéis.

O nosso fim é mais devocional do que didático.

É nossa opinião que é no dogma que devemos ir procurar os fundamentos da devoção, e que o melhor meio para levar os católicos a viver uma vida católica em toda a sua plenitude é dar-lhes uma ideia clara do que se entende por um verdadeiro católico, e indicar-lhes quais são os desígnios e os princípios fundamentais da cristandade.

Convencidos de que a maior parte dos males da vida actual vem do desprezo pela metafísica no mundo do pensamento, e do abandono da vida interior na prática da religião, procuramos provar que a vida interior é a consequência lógica da própria natureza do Cristão, o qual, como disse alguém, se compõe de «corpo, alma e Espírito Santo».

Mas, porque escrevemos para toda a gente — para leigos,

(1) Isaías, VII, 1. 4.

clero secular e religiosos — procurando conseguir que todos ponham em prática o que pregamos, não hesitamos em sacrificar a unidade da exposição e o seu desenvolvimento lógico, a fim de apresentarmos ao leitor algumas ideias práticas. Esperamos assim que, discutindo a prática da vida interior, conseguiremos indicar a possibilidade e a necessidade natural de tal vida para todos os cristãos.

Este livro assemelha-se, em certo modo, ao anteprojecto de um edifício em construção, em que os pormenores por vezes obscurecem a planta geral.

O esboço não é o projecto completo e as notas de pormenor não são desenhos do trabalho.

Os riscos exactos das diversas partes da construção têm de ser procurados noutra sítio. Do mesmo modo, a exposição científica da doutrina do Corpo Místico e da vida mística deve procurar-se noutros autores mais competentes.

Há um ponto para o qual desejamos chamar, desde já, a atenção. Há para aí uma escola de psicologistas, os quais, segundo se diz, interpretam todos os esforços vitais no sentido de os reduzir a uma única solicitação. Esta seria, na opinião daqueles que traem os seus autores, traduzindo imperfeitamente termos científicos por lugares comuns, aquele apetite intenso dos sentidos que o homem compartilha com o animal e que é tudo o que a nossa filosofia materialista pode encontrar para descrever o conceito do amor.

Tudo o mais é interpretado por estes psicólogos de segunda mão como «forma sublimada» desse instinto inferior.

Pondo de parte a possibilidade de que tal doutrina possa ser o fruto duma neurose profunda, derivada das dificuldades ráticas e académicas dos seus inventores, seria não só fatal mas também insensato procurar tal interpretação nos planos deste livro.

Seria insensato porque, em primeiro lugar, o amor do homem a Deus pressupõe uma natureza nova, uma participação na natureza divina, uma elevação de todo o ser do homem para uma nova ordem através da graça.

O amor supõe, além disso, o que é quase uma nova faculdade ou, para ser mais explícito, a infusão duma virtude sobrenatural, pela qual a vontade humana se torna apta a executar um acto sobre-humano.

Não se trata aqui da «sublimação» de qualquer apetite natural.

Além disso, há mesmo na ordem natural uma distinção nítida entre os dois apetites naturais do homem, entre o seu apetite intelectual, que é chamado a vontade, e o seu apetite dos sentidos, a que acima se faz menção.

A vontade é uma faculdade voluntária e livre; o apetite dos sentidos é automático e determinado por sua natureza.

Um erro dessa espécie seria fatal, porque nos esconderia o verdadeiro significado da conexão mútua e da semelhança que se pode descortinar em todas as obras da natureza. Longe de serem evoluções ou sublimações vindas de baixo, são, pelo contrário, reflexos e imagens vindos de cima, patenteados com cores mais ou menos fracas as maravilhas do Criador que as projectou a todas e é absolutamente normal usar a ordem natural como meio para conhecer ou encontrar o bem mais alto — que é o único real.

Seria erro grave conceber o amor de Deus como qualquer coisa que envolve essencialmente uma emoção dos sentidos. O amor de Deus encontra-se na vontade, ajudada pela graça; pressupõe o entendimento, porque, sendo uma faculdade cega, a vontade precisa da sua cooperação para amar. Na prática, porém, basta seguir o impulso da vontade.

É absolutamente compatível um alto grau de amor de Deus com a ausência de qualquer sentimento de emoção e até mesmo com a presença de um sentimento de repugnância pelo serviço de Deus. Basta que nos lembremos da oração de Nosso Senhor na Agonia do Getsémani para nos convencermos disso.

De facto, se desejamos atingir as alturas da vida espiritual, é necessário que passemos por um estágio onde a

nossa aparente actividade espiritual se reduza a um acto simples de conformidade com a vontade de Deus a nosso respeito, acompanhado de um propósito firme de acreditar em Deus sem luz de qualquer espécie.

Isto não quer dizer que as emoções não tenham papel a desempenhar na vida espiritual. Elas podem, pelo contrário, constituir uma ajuda efectiva para o agente real, que é a vontade, obrando pela fé.

Partindo, no entanto, dos nossos princípios, chega-se a uma conclusão que parece estar em perfeito acordo com as prescrições da psicologia moderna. Esta ciência reconhece, como nós, que a origem de uma boa parte das nossas angústias e perturbações provém da nossa adaptação incompleta às realidades. Partindo do princípio da nossa incorporação em Cristo e da nossa vocação para uma união perpétua com Ele no Céu, os nossos argumentos conduzem-nos a um programa prático de humildade, caridade e abandono à vontade de Deus. Pela humildade, aceitamo-nos a nós mesmos com todas as nossas deficiências; pela caridade, adaptamo-nos aos outros membros da sociedade, vivendo para eles, como vivemos para nós; pelo abandono, procuramos desempenhar-nos da missão que nos coube e aceitamos de bom grado tudo o que a Providência permite que aconteça na nossa vida. Isto está em perfeito acordo com as conclusões da ciência moderna, mas o nosso modo de ver tem ainda a vantagem de sancionar e justificar essa admirável aceitação das realidades e de a explicar no seu verdadeiro contexto e fins.

Não deve causar surpresa a ninguém se, no decorrer das páginas deste livro, propomos a todos o auge do amor divino. Tais alturas têm de se atingir ou aqui ou no outro mundo. Temos de escolher entre o Céu e o inferno. O Céu supõe um amor perfeito de Deus que se deve atingir ou nesta vida ou na outra através do fogo do Purgatório e por isso com muito mais sofrimento. O caminho mais fácil é santificarmo-nos aqui e agora.

Postas as coisas neste pé, poderá causar ainda maior sur-

presa o facto de aparentemente não fazermos grandes exigências ao leitor sob a forma de exercícios espirituais. O que consideramos essencial é que a alma se ponha em contacto diário com Nosso Senhor e o que sugerimos neste livro é a indicação do caminho que temos de percorrer, para conseguir esse fim e para que esse contacto diário produza bons frutos. Se conseguirmos isso, parece-nos que o resto pode com segurança ser confiado à inspiração divina. Em qualquer dos casos, já não constituem um pequeno programa o abandono à Vontade de Deus e uma humildade completa.

Deve notar-se que usamos a palavra abandono não só no sentido passivo, mas também no activo, querendo significar que não só devemos aceitar com generosidade tudo o que a Vontade Divina permite que nos aconteça, mas também cumprir generosa e prontamente tudo o que Ela exige de nós. Devemos frizar que é a Vontade de Deus que dá mérito ao que fazemos, porque o amor é a conformidade da nossa vontade com a Vontade de Deus e o amor é o que importa.

Abordamos também neste livro o assunto da importância da vida interior para o cristão como indivíduo, embora seja igualmente certo que ela é também importante para o Corpo Católico. A única esperança que resta à civilização na sua crise actual é que os católicos consigam lançar o fermento na sociedade, mas os resultados que alcançarem dependerão não tanto da sua organização, como da sua vida interior e do seu amor a Deus.

No dia em que a Acção Católica se limitar a congregar todos os seus esforços apenas na «Acção» e se esquecer do verdadeiro significado de «católico» — que, na sua essência, é o resultado da união com Cristo — nesse mesmo dia começará a Acção Católica a cavar a sua ruína. E se nós, católicos, não exercemos até agora sobre a sociedade aquela influência que seria lícito esperar do nosso número e da nossa harmonia com os princípios essenciais da civilização cristã, é porque nos falta a vida interior.

Toda a Catolicidade — individual, social, secular ou re-

gular — deve começar e acabar na união interior com Cristo. «Porque, sob o Céu, nenhum outro nome foi dado aos homens, pelo qual nós devamos ser salvos». (1).

Felizmente para nós e para a sociedade há um caminho muito curto que nos leva a essa união com Cristo. É Pio X quem no-lo recorda: «São infelizes e dignos de lástima aqueles que, sob o pretexto de honrar a Cristo desprezam Maria, pois ignoram que o Filho não pode ser encontrado senão junto de Sua Mãe». E o mesmo Pontífice cita a seguir o texto do Apocalipse:

«Depois apareceu no Céu um grande sinal: Uma mulher vestida de sol e a lua debaixo de seus pés e uma coroa de doze estrelas sobre a sua cabeça; e, estando grávida, clamava com dores de parto e sofria tormentos para dar à luz» — e aplica-o a Nossa Senhora, a Qual, embora bem-aventurada no Céu, sofre ainda as dores dum parto misterioso. Para dar à luz a quem? pergunta o Santo Padre.

«A nós, evidentemente, pois ainda estamos no exílio e temos de nascer para a perfeita caridade de Deus e felicidade eterna» (2).

O papel desempenhado por Nossa Senhora na nossa santificação é tão importante que seria preciso um livro inteiro para o descrever. Para já, temos de nos contentar com a apreciação do amor perfeito a Deus para o qual Ela nos dá à luz em Cristo, mas essa restrição não deve ser interpretada como incapacidade para apreciar a sua importância.

É a Ela, depois do Seu Filho, que se deve todo o bem que provier da leitura deste livro. Embora seja o resultado dos ensinamentos e do exemplo daqueles que vivem e viveram segundo a regra de Cister, isso não diminui a nossa dívida para com Ela.

É a Ela, portanto, que o oferecemos, tentando cooperar

(1) Act. IV, 12.

(2) Pio X — Ad diem illum.

com Ela na Sua obra maternal de dar à luz todo o Cristo.
Nos cum prole pia benedicat Virgo Maria.

★ ★

Abadia do Monte de S. José em Roscrea, aos 8 de Dezembro de 1945, festa da Imaculada Conceição da Virgem Maria.

Et erit unus Christus seipsum amans.

(S.^{to} Agostinho)

INTRODUÇÃO

Está fora da compreensão do espírito humano conhecer ou avaliar a profundidade da tristeza que encheu o coração de Nosso Senhor Jesus Cristo. Uma coisa, porém, sabemos e é que a Sua tristeza teve origem no amor; no amor por Seu Pai, tão ofendido pelos pecados dos homens, e no amor pelos homens, tão desamparados no meio dos seus pecados.

O sofrimento causado por este amor foi tão intenso que, mesmo por ocasião do Seu maior triunfo terreno, quando entrava, acompanhado de grande pompa, na cidade de Jerusalém entre as aclamações do povo, o Seu Coração magoado irrompeu em pranto desfeito e os Seus sagrados lábios pronunciaram a mais trágica das lamentações: «*Se ao menos neste dia que te é dado, tu também conhecesses o que te pode trazer a paz, mas agora isto está encoberto aos teus olhos*» (1). E predisse então a destruição a que seria sujeita a cidade «*porque não conhecestes o tempo da tua visita*».

Mas não era já a primeira vez que Ele se lamentava.

Em outras duas ocasiões O ouvimos queixar-se deste amor inútil que despedaçava o Seu Sagrado Coração: «*Jerusalém, Jerusalém, que matas os profetas e apedrejas os que te são enviados, quantas vezes quis juntar os teus filhos como a galinha recolhe os seus pintainhos debaixo das asas e tu não quiseste?*» (2).

(1) S. Lucas, XIX, 41-44.

(2) S. Lucas, XIII, 34 e S. Mateus XIII, 37.

E não é o próprio prejuízo que O impressiona tanto como o prejuízo que sofreriam aqueles que O rejeitavam: «*Eis que será deixada deserta a vossa casa*».

E estes são apenas dois exemplos da tristeza que O acompanhou toda a Sua vida. É a tristeza dum amante, que sabia que Ele e só Ele podia levar a verdadeira alegria e felicidade ao coração dos Seus amados. É a tristeza dum amante cujo coração ardia em fogo de desejo de antes dar que receber e cujo desejo mais ardente era que o Seu amado tivesse vida e a tivesse mais abundantemente.

É a tristeza dum amante que desceu do Céu e viveu na Terra e quis morrer para que uma parte da Sua alegria divina enchesse o coração do Seu amado.

Ele era o Caminho, a Verdade e a Vida. Ele sabia que uma coisa apenas era necessária e foi para dar ao Seu amado essa coisa que Ele se entregou e se despojou de tudo, tornando-se «*obediente até à morte e morte de Cruz*» (1).

Através de toda a Sua vida e morte, encontramos sinais evidentes desse desejo de nos convencer do Seu amor por nós e da necessidade que temos dEle.

E devemos lembrar-nos de que a Sua intenção não visa somente a humanidade em geral. Ama-nos como indivíduos e morreu por nós como indivíduos.

Todos nós podemos, com verdade, repetir com S. Paulo: «*Ele amou-me e entregou-se a Si mesmo por mim*».

Se Nosso Senhor pensou, portanto, que era tal forma necessária para cada um de nós procurarmos o reino de Deus, que está dentro de nós, que resolveu de livre vontade sujeitar-Se a uma Paixão e Morte terríveis por amor de cada um de nós, nós, da nossa parte, devemos convencer-nos disso, não só por amor dEle, mas até de nós próprios, pois é de vital importância que procuremos compreender e cumprir o que Ele exige de nós.

É este o fim destas páginas — mostrar-nos quais os

(1) Fil. II, 7-8.

projectos que Nosso Senhor tem a nosso respeito e indicarnos a forma de cooperarmos para que eles se cumpram.

O que fica escrito neste livro destina-se a todos os cristãos, mas especialmente àqueles que sentem as limitações impostas pelo seu ser humano e experimentam a necessidade de alguma coisa mais do que aquilo que os seus esforços sem ajuda podem alcançar.

Este livro é, com efeito, a história duma sociedade — sociedade entre Deus e a alma humana — que começa no baptismo, sociedade que deve, pela acção conjunta de ambos os sócios, levar-nos a um êxtase de união perpétua no Céu.

Mas, para que cada um contribua com a sua quota parte nessa obra, é necessário, antes de mais nada, que conheça o que tem de fazer.

Para se viver como bom católico, é necessário que se tenha ideia do que é ser verdadeiro católico. Para se procurar o reino de Deus, é preciso saber o que significa isso. Para encontrar a Cristo e viver em união com Ele, é preciso possuir os conhecimentos necessários, porque o conhecimento deve preceder o amor.

O conhecimento, é claro, não basta, é preciso que ele conduza à acção e a uma acção que se resume nos dois grandes mandamentos: amor de Deus por Si próprio e amor do próximo em Deus.

Mas nós somos seres racionais e o serviço de Deus é um serviço racional.

Não é raro encontrarmos devoções baseadas em puro sentimento e emoção ou numa espécie de fé insensata, a qual, desprezando a razão, se aproxima da superstição.

Deus é a Suprema Sabedoria e em parte alguma brilha mais notavelmente esse seu predicado do que no seu plano da nossa Redenção.

Se, portanto, dedicamos muitas páginas deste livro a tentar expor a unidade fundamental e a conexão dos planos de Deus, é porque vale bem a pena o esforço que empre-

gamos para compreender os princípios fundamentais que são o alicerce da sua obra.

Logo que nos seja possível apreender, embora imperfeitamente, o significado dos planos de Deus para restaurar todas as coisas em Cristo, temos a chave, não só de toda a história do Universo, mas também da história e destino da nossa própria alma. As minudências da vida espiritual caem todas dentro da própria perspectiva e a ânsia da perfeição apresenta-se não só possível mas até razoável para todos os cristãos. Mas esse plano é complexo. Estende-se do tempo para a eternidade e desta para o tempo. Envolve tanto o natural como o sobrenatural, entrelaçados intimamente. Aproxima o Eden do Calvário, e liga o Calvário com todos os momentos do tempo. Envolve realidades que não têm paralelo na ordem natural. Só se pode falar disso em metáforas e no entanto a realidade significada é bem mais real do que os símbolos usados para a significarem.

É, na verdade, uma obra-prima de Deus. Mas a nossa felicidade cá na terra e a nossa alegria eterna no Céu dependem dele e, portanto, embora esse plano seja de difícil compreensão, todo o esforço que façamos para o compreendermos é bem empregado.

Tal dificuldade será diminuída, se notarmos que esse plano de Deus é único.

Possui a unidade do fim e a unidade do modelo, o que dá ordem a toda a sua variedade. Como dissemos no Prefácio, assemelha-se a um cristal.

O modelo do todo encontra-se em cada uma das suas partes e de facto as partes só se incorporam no todo tornando-se conformes com Ele — isto é, com Cristo. Porque Cristo é tudo em tudo.

Cristo inteiro — cabeça e membros — parece-se com Cristo, a cabeça. Cada membro é uma imagem da cabeça, porque cada cristão é outro Cristo. E o laço que une os membros é igual ao laço que une o todo. E tanto assim é que S. Paulo não hesita em comparar a união de dois membros

por meio do casamento à união da cabeça com todo o corpo. De facto, existe qualquer coisa de «sacramental» em todas as unidades do modelo, no sentido de que cada membro e a sua história assemelha-se e reflecte em certo modo e em certo grau a Cabeça e a Sua História, e até Cristo Inteiro e a Sua história.

Cada capitulozinho da história repercute o fim de toda a história, tão ousadamente resumido por S.^{to} Agostinho — *E haverá um Cristo, amando-se a Si mesmo*. Porque Cristo salva-nos e santifica-nos tornando-nos parte de Si mesmo, por tal forma que a Sua história é também a nossa história.

É, de facto, uma história de amor — a história do amor de Deus pelos homens e, portanto, a nossa própria história de amor mas o desfecho feliz da história depende de nós e por isso devemos assegurar a nossa parte nele.

Diz-se que as jornadas acabam com o encontro dos amantes; se é assim, a vida é, de facto, uma jornada que acaba não só com o encontro dos amantes, mas com a sua união eterna. Essa união eterna que é o fim de tudo, tem o seu modelo na união eterna que é o princípio de tudo e por isso, para compreender cabalmente o plano de Deus, é necessário regressar ao próprio princípio.

CAPÍTULO I

O PRINCÍPIO E A QUEDA

No *princípio*, diz-nos S. João, *era o Verbo, e o Verbo estava com Deus e o Verbo era Deus* ⁽¹⁾.

Todas as coisas começaram com Deus. Que, Ele próprio, não tem princípio pois existe sempre. A nossa vida é limitada na sua exclusão e ainda mais na sua posse, pois vem até nós a pouco e pouco, sucessivamente e não toda de uma só vez. Temos de esperar que a um momento se suceda outro momento; parecem as contas do rosário a passar através de mãos devotas.

A vida de Deus é ilimitada em todo o sentido; Ele possui-a toda dum jacto. É o Ser Supremo que existe por Si mesmo, infinito sob todos os aspectos, infinitamente feliz e completamente suficiente para Si mesmo.

Nem podemos julgar que Ele se sinta só, pois em Deus existe a Trindade de Pessoas. No conhecimento humano, podemos distinguir um entendimento que conhece, um objecto conhecido e uma ideia que representa na mente o objecto conhecido. Existe, naturalmente, grande diferença entre a ideia e o objecto a que esta corresponde.

No conhecimento Divino encontramos a sua perfeição. Deus conhece-Se a Si mesmo e o Seu conhecimento é tão perfeito, que corresponde exactamente ao objecto conhecido. A Ideia, ou o «Verbo», como diz S. João, que Deus tem

(1) S. João, I, 1.

de Si mesmo, é tão perfeita que é o próprio Deus, a Segunda Pessoa da Santíssima Trindade.

«E o Verbo era Deus». Não há dois Deuses, mas há duas pessoas, o conhecedor e o Conhecimento — o Pai e o Filho. E estes Dois são um só Deus.

Mas em Deus existe Vontade e também Entendimento, e Deus ama-Se de acordo com o Seu conhecimento. E o Amor mútuo do Pai e do Filho é tão perfeito, que esse Amor é também uma Pessoa — a Terceira Pessoa da Santíssima Trindade, a quem chamamos Espírito Santo. E estes Três são um só Deus.

Falha-nos a linguagem vulgar, quando queremos falar da vida e da felicidade da Santíssima Trindade, que compartilha de tudo, sem o dividir. Cada uma das Três Pessoas é Deus e, no entanto, existe um só Deus. A sua união de amor é tão íntima que Elas só têm uma natureza, uma existência, uma vida. Tudo lhes é comum, excepto o que diz respeito às Suas personalidades distintas.

Em resumo, a vida de Deus é uma união extática de conhecimento e amor — felicidade completa e infinita.

Deus não tem necessidade de qualquer outra coisa; a Sua alegria e a Sua felicidade são de tão elevado grau, que nada as pode aumentar. Apesar disso, Ele decidiu, na Sua infinita bondade, compartilhá-las com mais alguém. E foi assim que nos criou, tirando-nos do nada, que não era Deus.

Não há dúvida de que Deus não podia, sem contradição, agir por qualquer motivo que não fosse Ele próprio; sendo a Verdade infinita, Ele não pode negar a sua própria supremacia. No entanto, ao idealizar o plano de toda a criação para Sua própria glória, decidiu glorificar-Se a Si próprio, tornando felizes as Suas criaturas. E quando essas criaturas se revoltaram contra os Seus planos, Ele foi mais longe na Sua bondade e dispôs as coisas por forma a encontrar a Sua glória na Sua misericórdia. É esse um princípio fundamental que nunca deve ser esquecido: *Deus criou o mundo para Sua*

própria glória, mas glorifica-se nesta vida pela Sua misericórdia.

Não há necessidade, por agora, de tratar da criação dos espíritos angélicos e do universo material. Os anjos eram puros espíritos, independentes da matéria, dotados de poderes essenciais de conhecer e amar, porque estes pertencem a todos os seres racionais. O universo material foi criado em primeiro lugar, sem vida de qualquer espécie; a seguir vieram as formas mais baixas de vida, a que chamamos a vida vegetativa composta de seres com o poder de crescer e reproduzir-se. Seguiu-se-lhe a criação dos animais, composta de seres que têm o poder de sensação e o que se pode chamar o apetite sensitivo, além dos poderes de que são dotadas as plantas. Por fim, Deus criou o homem, como indivíduo único, chefe da raça humana, mas nele manifestou Deus a Sua bondade por forma especial.

A essência da natureza humana compõe-se de duas partes, animalidade e racionalidade. O homem encontra-se assim em posição única no Universo, por que participa de qualquer forma da natureza de todas as criaturas. O seu corpo é feito de matéria, como o resto do universo; alimenta-se e cresce, como indivíduo, e multiplica-se como raça do mesmo modo que as plantas; compreende com os sentidos e experimenta desejos sensitivos, como os animais irracionais, e participa até da natureza dos anjos, porque é um ser racional, dotado de entendimento e vontade. Numa palavra, pode conhecer e pode amar, e nisto até se assemelha a Deus.

Mas esta mesma complexidade da sua natureza pode conduzi-lo a dificuldades, porque a natureza animal no homem tem conhecimento e desejos próprios, que podem opor-se e mesmo antecipar-se às decisões da sua natureza intelectual mais elevada, a qual deve regular as suas acções.

Além disso, esta complexidade poderia significar que a vida corpórea do homem teria de acabar, pois ele não é por sua natureza imortal.

Foi no que diz respeito a estes dois pontos que Deus

mostrou a Sua bondade, porque, na criação de Adão e da sua companheira Eva, Deus não se mostrou satisfeito dotando-os com a perfeição de tudo o que a natureza humana exigia, mas foi mais além acrescentando dois privilégios, a que de forma alguma tinham direito. O primeiro foi o privilégio da imunidade da morte; o outro foi o que é conhecido por dom da integridade. Para compreender este último privilégio, temos de partir do princípio de que, sendo animal, o homem é dotado do poder de conhecimento dos sentidos e pode experimentar desejos do que é agradável aos mesmos. Pode desejar alimentos ou prazer, pode exaltar-se, está, na realidade, sujeito a todas as paixões animais. Ora, esta vida dos sentidos no homem procura o seu próprio bem, que não é de forma alguma idêntico ao bem real indicado pelas suas faculdades racionais. Pode, assim, surgir um conflito no próprio ser do homem, como diz S. Paulo: «*a carne tem desejos contrários ao espírito*»⁽¹⁾ e poderá tornar-se necessário um grande e penoso esforço para assegurar a devida supremacia da razão.

Adão e Eva foram ainda dotados doutro privilégio — da «integridade», em virtude do qual a sua razão tinha domínio completo sobre a sua natureza animal; não podiam ser arrastados pelos desejos dos sentidos para acções irracionais e o seu juízo não podia ser enganado pelas paixões. Tinham domínio completo sobre si mesmos e a sua natureza operava em completa harmonia e devidamente subordinada às suas faculdades mais elevadas.

Mas a benignidade de Deus nem então se mostrou satisfeita. Toda a criação está cheia de Sua misericórdia e na própria formação de Adão e Eva a Sua bondade generosa e a Sua misericórdia manifestaram-se magnificamente. Não contente em o fazer participar de toda a natureza criada, Deus dignou-se erguer o homem até o fazer participar da Sua própria natureza divina.

(1) Gal. V, 17.

É certo que esta participação da natureza de Deus não converte o homem em Deus; o homem não participa da natureza divina, como participa, por exemplo, da natureza animal; a mudança nele operada por esta participação é mais accidental que substancial. Mas ainda assim o homem foi elevado à ordem sobrenatural, foi-lhe dada uma vida que está muito acima do seu fim e poderes naturais; foi elevado ao estado da graça santificante.

Poderiam escrever-se muitas páginas sobre esta matéria que o verdadeiro significado da graça continuaria a ser um mistério. Pretendamos apenas resumir aqui o nosso pensamento. Diga-se, porém, desde já, que o amor ou encontra igualdade ou a produz: Para que exista verdadeiro amor entre dois seres, torna-se necessária uma certa igualdade de natureza. Para que o homem O pudesse amar, dignou-se Deus conceder-lhe uma tal participação na natureza divina que o habilitasse a possuir, por forma misteriosa, qualquer coisa que correspondesse ao próprio poder de Deus de O conhecer e O amar.

Por um privilégio extraordinário, o homem estava destinado a participar — embora, é claro, em grau finito, na vida da Santíssima Trindade e esta comparticipação devia começar mesmo aqui na terra.

Isto foi um privilégio essencialmente sobrenatural — um privilégio a que a natureza do homem não tinha qualquer direito, nem nela havia qualquer razão que o exigisse por qualquer título.

Adão e Eva receberam a vida sobrenatural, e todas as suas faculdades foram dotadas de novos poderes e qualidades que os habilitariam a viver esta vida nova, tão superior à sua natureza e impossível de alcançar pelos seus próprios esforços.

Era um estado absolutamente sobre-humano e que exigia poderes *sobre-humanos*; representava uma elevação do homem a uma ordem inteiramente nova e *sobre-humana*. Significava isto que o homem era colocado perante um fim

de felicidade suprema inteiramente novo é *sobre-humano*, que se pode definir como uma participação da própria felicidade de Deus. Desde então, a felicidade natural, mesmo no seu mais alto grau, já não o podia satisfazer. O homem tem consequentemente de se decidir: ou unir-se a Deus e partilhar da Sua alegria, ou então permanecer para sempre no inferno de privação eterna.

A própria natureza das coisas impôs ao homem certas obrigações de adoração e obediência a Deus de Quem era tão dependente. Mas Deus impôs ainda um preceito especial a Adão e Eva, a fim de lhes recordar a sua sujeição e os habilitar a honrá-Lo. Sanções terríveis cairiam sobre eles, se tal preceito não fosse acatado. Colocou Adão e Eva num jardim de delícias, onde tinham tudo o que era necessário à sua felicidade completa, mas excluíra uma árvore e determinara que não comessem dos seus frutos: «*porque, em qualquer dia que comeres deles, morrerás certamente*» (1).

A história da transgressão dessa ordem por Adão e Eva e a sua consequente expulsão do jardim são bem conhecidas, mas as consequências tremendas que resultaram destes acontecimentos, a enormidade da ofensa, as suas causas e o seu desfecho não são tão bem compreendidos. A primeira personagem a entrar em acção nestes acontecimentos foi o demónio que, em forma de serpente, falou com Eva e a aconselhou a desobedecer às ordens de Deus. Quem era o demónio?

Para responder a esta pergunta, temos de recordar que Deus já tinha criado certo número de seres racionais, chamados anjos. Eram puros espíritos, com completa independência da matéria e pessoas dotadas de grandes faculdades mentais. São muito superiores ao homem e pertencem a uma classe de seres muito mais elevada.

A própria forma como exercem as suas operações mentais é diferente da do homem, pois, enquanto este procede

(1) Gen. II, 17.

passo a passo no processo gradual do raciocínio, eles vêm a verdade imediatamente e à primeira vista, sem se enganarem. As faculdades intelectuais dos anjos, pertencentes aos graus mais baixos da hierarquia angélica, são muito superiores às maiores inteligências humanas. Segundo se deduz, aos anjos, depois de terem sido criados, foi dada a liberdade de servirem a Deus e de se Lhe submeterem. Mas um dos mais categorizados, chamado Lúcifer, acompanhado dum exército de adeptos, recusou submeter-se.

A sua atitude pode resumir-se na frase clássica: «*Não servirei*» (1).

O resultado desta revolta foi a condenação desses anjos rebeldes ao inferno e aqueles que obedeceram a Deus foram confirmados na Sua amizade, entrando em plena posse das alegrias do Céu. Não é unânime a opinião sobre o motivo exacto que levou os anjos à revolta. Alguns sustentam que Deus os pôs ao facto do Seu plano de os elevar à participação na Sua própria natureza, o que implicaria o fim da sua supremacia na sua própria ordem e uma nova dependência de Deus. Outros dizem que lhes foram manifestados os planos de Deus referentes à raça humana e que eles se insurgiram contra a proposta de terem de se sujeitar à natureza humana de Cristo e de Sua Mãe. Mas, fossem quais fossem as circunstâncias que os incitaram à revolta, o seu pecado foi de orgulho e desobediência.

Seria erro pensar que a condenação imediata dos anjos rebeldes, sem terem tempo de reconsiderar e de se arrependem, possa ter qualquer reflexo na misericórdia de Deus.

A própria sublimidade das faculdades dos espíritos angélicos é tal que a reconsideração, no sentido em que a tomamos, é palavra sem sentido. Estavam em plena posse da realidade dos factos, e absolutamente isentos de qualquer paixão terrena ou falta de reflexão que perturbasse os seus juízos e por isso conheciam bem as suas obrigações e medi-

(1) Jer. II, 20.

ram a hediondez do seu crime com uma clarividência que nem podemos conceber.

Nenhuma parcela de tempo para reconsiderarem os levaria a voltar atrás com a sua decisão. Pelo seu pecado perderam a felicidade do Céu e tornaram-se merecedores das penas inenarráveis do inferno. Isto implicava o terrível castigo da perda de Deus, da perda de toda a possibilidade de amarem a Deus ou qualquer outra coisa e isso vinha aliado ao conhecimento claro de que só no amor de Deus podiam encontrar felicidade e que o seu acto livre tinha tornado esse amor impossível para sempre. O ódio que passaram então a votar a Deus e a tudo o que Lhe pertencia não se pode descrever; quando se aperceberam do plano de Deus de criar a raça humana e de erguer os seus membros às posições sublimes que eles próprios tinham perdido, a sua fúria não conheceu limites. A partir desse momento, aquelas inteligências poderosas não se pouparam a todos os esforços para destruir a raça humana.

E foi com esse fim que o seu chefe, que conhecemos como o demónio, falou a Eva sob a forma de serpente, perguntando-lhe por que razão Deus tinha determinado que ela e Adão se deviam abster de comer os frutos dessa árvore especial. Ao ouvir a sua explicação, replicou negando que a morte seria o resultado da desobediência e que, se comessem deles, «*seriam como deuses, conhecendo o bem e o mal*».

Não é fácil explicar o significado exacto desta frase. Esta envolve a ideia de independência completa de Deus e o poder de ajuizar por eles próprios o que seria o bem e o que seria o mal.

Era, de facto, um apelo ao orgulho — esse desejo desordenado da própria importância. E foi como tal que ele foi recebido.

As explicações coloridas e tocantes que por vezes se dão da fraqueza de Eva, que se teria deixado arrastar pelo encanto dos frutos ou pela sede num dia particularmente sufocante, ou ainda pela sua falta de reflexão, não têm qualquer

fundamento. Eva, possuindo o dom da integridade, não podia deixar arrastar-se por qualquer fraqueza proveniente da rebelião do seu apetite sensitivo. Pelo contrário, ela sabia claramente, e mais claramente do que o podemos imaginar, o que significaria a transgressão da ordem divina para ela, para o seu marido e para toda a raça humana, de quem ela ia ser mãe. Mas, apesar disso, *tirou do fruto dela e comeu; e deu a seu marido, que também comeu* ⁽¹⁾.

Só depois do pecado de Adão, é que foi possível avaliar as terríveis consequências da rebelião, que envolviam a ruína da felicidade temporal e eterna de toda a raça humana. À primeira vista, parece não haver proporção entre o pecado e as suas consequências — o acto de se comer uma maçã e a ruína de toda a raça humana, tanto mais que alguns pretendem ver nesta história uma alegoria sobre qualquer pecado mais grave, um pecado talvez da carne. Tal teoria é incorrecta e desnecessária, porque Adão e Eva não eram apenas homem e mulher, mas possuíam também o dom da integridade e por isso não podiam ser arrastados por qualquer paixão.

Para apreciar a verdadeira malícia do seu pecado, temos de ler no seu espírito e procurar compreender a enormidade do seu orgulho e desobediência.

Porque esse foi o pecado dos nossos primeiros pais — orgulho e desobediência, esta derivada daquele. É bom que tenhamos em conta a perfeição da natureza de Adão. A sua mente era dotada de faculdades e de conhecimento, dons esses que nenhum dos seus filhos possuiu em tão alto grau. Sem estar sujeito a paixões, ele via a vida com toda a clareza, compreendia perfeitamente a sua dependência de Deus e os deveres que tinha para com Ele. Sabia perfeitamente que Deus o tinha erguido gratuitamente à condição de participante da Sua própria natureza divina e o tinha tornado Seu amigo. Sabia ainda que ia ser o pai da raça humana e

(1) Gen. III, 6.

fora favorecido com os dons de sabedoria e conhecimentos necessários para instruir a sua descendência. Sabia, além disso, que a sua participação na vida de Deus pela graça dependia da sua obediência a Ele, e entendia claramente que se perdesse a graça pelo pecado, não só a perderia ele, como a perderiam os seus filhos.

Conhecendo tudo isso, ele calma e deliberadamente, decidiu revoltar-se contra as ordens expressas de Deus, e com o seu orgulho e revolta rejeitou os planos que Deus fizera para a felicidade de toda a raça humana.

Os primeiros efeitos dessa revolta manifestaram-se imediatamente, quando o par delinquente compreendeu logo que o seu privilégio de integridade estava perdido. No próprio momento em que, pela revolta, eles firmaram a independência da sua natureza humana e rejeitaram a subordinação a Deus, que era necessária para poderem participar da natureza divina, a sua natureza animal deixou de estar sujeita à razão e começou então essa infundável revolta da carne contra o espírito, que se chama concupiscência. Mas não foi só isso: as próprias forças químicas, que constituíam o seu corpo, revoltaram-se também, pois que, retirado o dom da imortalidade, era fatal a desintegração de todo o organismo humano pela morte.

Foram expulsos do jardim de delícias e condenados a ganhar o seu pão «com o suor do rosto» até que, depois duma vida de trabalho e canseiras voltassem pela morte ao pó donde tinham vindo.

O facto de Adão e Eva se terem arrependido do seu pecado e terem sido perdoados por Deus não salvou os seus filhos.

Os seus descendentes nasceram no estado de privação da graça, conhecido como pecado original e passaram a estar sujeitos a todas as misérias inerentes à perda da amizade de Deus e à sua sujeição ao poder do demónio. A condição a que ficaram reduzidos merece exame cuidadoso, pois estamos a considerar a nossa própria história.

CAPÍTULO II

O PLANO DA REABILITAÇÃO

O plano primitivo de Deus era que a nova natureza da graça, dada a Adão e Eva, fosse transmitida à sua descendência juntamente com a natureza humana.

Ao criar cada alma humana e ao infundi-la no corpo formado por processos naturais, era Sua intenção conceder-lhe também os dons da Sua graça. Mas o pecado de Adão transtornou esses planos e assim toda a criança, que hoje nasce, vem ao mundo apenas com a natureza humana dos seus pais — uma natureza a que faltam os dons de integridade e de imunidade da morte, que eram privilégio de Adão e Eva. Mas a ausência de graça sobrenatural significa que toda a criança que nasce carece do poder de se tornar amiga de Deus, não pode cumprir a missão que Deus lhe destinava, não pode elevar-se acima de si mesma para amar a Deus no modo sobrenatural desejado por Ele, apresenta-se, numa palavra, defeituosa aos olhos de Deus.

Este estado de deficiência é o que chamamos o pecado original. Não envolve a noção de falta pessoal — só Adão e Eva é que cometeram essa falta — mas envolve a impossibilidade de se voltar para Deus, que é essencial em todo o pecado. Os pecados pessoais envolvem um *acto pessoal* de aversão a Deus; o pecado original provém do acto de Adão e Eva e coloca o ser humano em *estado* de aversão a Deus.

O homem tornou-se assim incapaz de amar a Deus e de alcançar a felicidade eterna, a qual, com efeito, deveria cons-

tituir a floração e realização daquele amor e amizade de Deus, a que chamamos graça habitual.

O homem passou, igualmente, a estar sujeito à concupiscência. Os seus instintos inferiores já não estão sujeitos à razão.

Os apetites despertam espontaneamente e arrastam-no, quase sem ele dar pela sua presença; as paixões conduzem-no ao mal e resistem a todo o domínio, o próprio espírito se obscurece e cai facilmente em erro; a labuta normal da vida, que antes constituía um prazer para o homem, passou a ser um fardo pesado; os próprios agentes da doença já não são contidos em respeito e a todas as suas misérias juntou-se a dor. A toda essa oposição com que o homem se defronta por parte das forças da natureza que põem em perigo a sua felicidade, temos de acrescentar a sujeição ainda mais perigosa ao demónio.

Quando nos lembramos dos tremendos poderes de inteligência e acção que ficaram à disposição do demónio para exercer a sua malícia desmedida contra a raça humana, podemos avaliar como passou a ser desgraçada a situação do homem. Acabara de perder toda a possibilidade de conseguir a felicidade eterna para que tinha sido criado, e para escapar à condenação eterna tinha de cumprir a lei que estava escrita no seu coração. Tendo em atenção a sua fraqueza e má inclinação para o mal, bem como a inimizade do demónio e os esforços desesperados deste para arrastar os homens para os mesmos tormentos que ele próprio sofria, podemos concluir como na realidade era quase impossível ao homem deixar de acrescentar os seus pecados pessoais ao pecado dos seus primeiros pais. Se continuavam a verificar-se grandes possibilidades de salvação para a criança que morria antes de alcançar o uso da razão, não havia esperança para o homem que atingisse a idade adulta, se Deus não tivesse piedade dele.

E Deus teve piedade dele. Porque Deus, repetimos, criou o mundo para a Sua própria glória e os Seus planos eram

glorificar-se pela Sua misericórdia. Esta é a atitude da Bondade perante a miséria, e a condição do homem era, na realidade, miserável. Não vale a pena discutir aqui o que poderia ter feito Deus para reparar a situação.

Os seres humanos, que Ele tinha criado e elevado até os fazer participar da Sua própria natureza, tinham-se revoltado contra Ele. A infinidade do Ser ofendido tornou a ofensa em certo modo também infinita. Se Deus decidisse exigir satisfação condigna e rigorosa, nenhum poder humano lhe poderia dar, porque só Deus poderia prestar a Deus reparação devida e adequada. É certo que Deus poderia ter perdoado a ofensa; poderia ter restituído aos filhos os privilégios da graça perdidos pelos seus pais, sem insistir em satisfação plena. Mas o certo é que Ele não o fez. Decidiu insistir em que se desse satisfação adequada à Sua justiça, mas ao mesmo tempo exerceu o Seu poder de misericórdia, dando ao homem um Redentor Divino, que o havia de libertar dos seus pecados.

Antes mesmo de pronunciar a sua sentença de exílio e castigo contra Adão e Eva, prometeu-lhes a salvação, quando pronunciou aquelas misteriosas palavras que dirigiu ao demónio: *«Porei inimizade entre ti e a mulher e entre a tua posteridade e a posteridade dela. Ela te pisará a cabeça e tu armarás traições ao seu calcanhar»* (1).

Não é fácil calcular se Adão e Eva terão atingido o verdadeiro significado dessa promessa.

Nós compreendemo-la, auxiliados pela tradição e pela confirmação dos factos, e podemos ver nela uma previsão da forma como Deus decidira restituir às Suas criaturas a felicidade perdida.

Com o seu pecado de orgulho e desobediência, Adão e Eva tinham privado os seus filhos dessa vida sobrenatural que seria a semente da sua felicidade eterna. Na Sua infinita misericórdia, Deus decidiu dar aos homens um novo

(1) Gen. III, 15.

Adão e uma nova Eva, os quais, pela sua humildade e obediência, haviam de reparar a ruína espiritual causada pelo primeiro homem e pela primeira mulher, e que assim se converteriam numa nova fonte de vida espiritual para a raça humana.

O novo Adão seria o próprio Filho de Deus — feito homem por amor de nós — e a nova Eva seria a Virgem Maria. Fora com o pecado de Adão que a morte entrara no mundo; seria pelos méritos de Cristo que a vida lhe seria restituída. E assim como Eva tomara parte real, embora subordinada, na ruína da raça humana, (por que se Adão não tivesse pecado, o pecado original não se transmitiria à sua descendência) também Maria desempenharia agora papel real, embora subordinado, na reabilitação, pois embora Ela seja a Medianeira da graça, que é a nossa vida sobrenatural, o papel desempenhado por Ela de nada serviria sem os méritos do Seu Filho, do qual dependia toda a reabilitação.

Numa palavra, o pecado de Adão causara a ruína total do mundo; o plano de Deus foi restabelecer todas as coisas em Cristo.

A execução desse plano é levada a efeito gradualmente, envolvendo toda a história da Cristandade e estendendo-se a todos os pormenores da vida espiritual de cada alma individual. Antes de tentarmos examinar cada uma das suas partes, devemos ter presentes certos princípios gerais que se manifestam em toda a história humana, formando um padrão que, como o cristal, se repete com muitos dos seus pormenores. Verifica-se, antes de mais nada, uma semelhança íntima entre a queda e a reabilitação e foi por esse motivo que dedicámos o capítulo anterior à análise da queda.

Há um elemento no pecado de Adão que se repete em todos os nossos pecados e há uma norma no perdão que se pode descoitinar no nosso próprio perdão.

É digna de particular atenção a forma como Deus procede em relação às consequências do pecado, mesmo quando o perdoa. Não elimina todas as suas consequências. Pelo

contrário, deixa-os como estão, mas converte-os com meios de reabilitação e reparação. Ele também não eliminou todas as consequências do pecado original. A perda daqueles inefáveis privilégios, o desenvolvimento da concupiscência, o reinado da morte e da doença, a fraqueza e ignorância dos homens, a sua propensão para o erro e a sua tendência para o mal, a malícia e a conjuração do demónio contra a raça humana — todas essas misérias, que Adão nos legou, permanecem em nós para nos afligirem. É certo que nos foi dada nova fonte de vida sobrenatural, foram postos à nossa disposição novos meios de repararmos os nossos pecados, um novo manancial de luz e força, a libertação do poder do demónio. Mas as dificuldades ainda se mantêm.

Estas dificuldades acabam, porém, por converter-se, pela misericórdia de Deus, em instrumentos duma felicidade mais elevada.

O plano primitivo de Deus era que o homem gozasse de felicidade na terra e, depois dum período de provação, entrasse na felicidade eterna com Ele no Céu. Este projecto para a nossa felicidade cá em baixo foi rejeitado pelo homem, mas Ele dignou-se converter as misérias do nosso estado decadente em meios pelos quais podemos alcançar ainda maior felicidade no Céu.

Numa palavra, embora o segundo projecto de Deus — se assim se lhe pode chamar — seja mais difícil para nós, contém mais oportunidades para nos exercitarmos na virtude, e fornece-nos um manancial de força mais ampla para o seu exercício. «Onde abundou o pecado, superabundou a graça» (1).

Este ponto voltará a ser tratado, quando se discutirem os efeitos dos nossos pecados pessoais e será então examinado com mais particularidade.

Por agora, basta que concentremos a nossa atenção no

(1) Rom. V, 30.

modelo assim posto diante de nós e que observemos que a Sabedoria infinita de Deus é tal que Ele permitiria apenas que o Seu plano fosse rejeitado, se previsse que, procedendo assim, alcançaria um bem maior.

Antes de prosseguirmos, importa não esquecer como são estreitos os limites do nosso pensamento e da nossa linguagem, para podermos apreciar a Deus e as Suas acções. Só podemos falar de Deus dum modo humano e representá-Lo como operando à maneira humana. Devemos, porém, notar que não há multiplicidade no espírito de Deus. Ele é uno e essencialmente simples. Concebeu o mundo e a sua história em instantâneo relance. E tanto Lhe bastou para ver todos os mundos possíveis e toda a sua história. Com a mesma simplicidade de acção, permitiu a existência do actual plano de coisas prevendo toda a sua história, nos mínimos pormenores de todas as vidas individuais. Poderia ter sido outra a Sua escolha, mas tendo em vista os Seus altos fins, escolheu este universo particular com a sua história. E antes que este acabe, não esperamos compreender a sabedoria infinita que se oculta por detrás dos seus desígnios.

Se permitiu que pelo livre arbítrio o homem praticasse o mal, foi porque viu que podia encaminhar a malícia e os erros do mesmo homem para bons fins.

Pode mesmo dizer-se que Ele viu aí oportunidade para exercer a Sua misericórdia.

Embora a inteligência infinita de Deus resuma tudo numa única ideia, vemo-nos, no entanto, obrigados a representar a imensidade do Seu espírito por uma multiplicidade de pensamentos e a desdobrar o Seu decreto numa longa série de decretos.

Referimo-nos ao plano primitivo de Deus, ao Seu segundo plano e assim por diante e, se tivermos em conta as limitações da linguagem humana e do seu poder de descrição, não seremos induzidos em erro. De facto, para fazer ideia das providências que Deus toma quanto às más acções do homem, podemos concluir que Ele elabora um número ilimi-

tado de programas, cada um dos quais entra em acção para remediar cada pecado que se comete no decorrer dos tempos.

É apenas uma maneira humana de dizer que Deus tomou providências para tudo, absolutamente tudo. E assim aconteceu, na realidade. Não nos devemos esquecer disso. Ele tomou até providências para dar remédio aos nossos pecados.

Mas examinemos primeiro as providências que tomou para dar remédio ao pecado original.

Em rigor, só um ser infinito podia dar satisfação plena pelas ofensas feitas a Deus pelos pecados dos homens. Em vista disso, o programa de misericórdia divina desdobrou-se. O próprio Deus viria salvar-nos. A Segunda Pessoa da Santíssima Trindade, a quem S. João chamou o Verbo, revestir-se-ia da natureza humana, dando o primeiro passo para se identificar suficientemente com a raça humana, a fim de satisfazer pelos seus pecados e conceder aos seus membros uma participação na vida Divina. O mistério da Encarnação seria o começo da Redenção, por parte de Deus, das Suas criaturas caídas.

Havia uma conveniência especial para a Redenção ser levada a efeito pela Encarnação da Segunda Pessoa da Santíssima Trindade. A Segunda Pessoa, como vimos, é representada como Verbo ou Ideia, pela qual Deus exprime o Seu conhecimento de Si próprio. Mas todas as coisas que existem têm de existir antecipadamente na mente do Seu autor. De certo modo, todas as criaturas reflectem, por forma muito limitada, algum aspecto do Ser Divino ou exprimindo-nos em linguagem ordinária, algumas ideias do Espírito Divino. Todas estas «ideias» são, na realidade, uma só ideia — o Verbo, Segunda Pessoa da Santíssima Trindade. Referindo-se à Segunda Pessoa, diz S. João: «*Todas as coisas foram feitas por Ele, e sem Ele, nada se fez do que foi feito*».

S. Tomás de Aquino diz que assim como a ideia do artífice é o modelo da obra que faz, também «o Verbo de

Deus, que é a Sua ideia eterna, é o exemplar e modeio de toda a criatura» (1).

Ora a Redenção é uma nova criação ou melhor, uma re-criação e era, portanto, acertado que a Pessoa, em que se encontra a ideia original para a criação, fosse a Pessoa pela qual se levaria a efeito a reabilitação de toda a criação.

Muitos séculos se haviam ainda de passar antes que fosse anunciado a uma virgem de Nazaré que Ela iria ser a Mãe do Redentor prometido, que seria o Messias, isto é, o Ungido — como era conhecido pelos Judeus através das profecias — mas, mesmo durante esses séculos, a fé nAquele que estava para vir seria a base da esperança e salvação do homem.

Não é agora ocasião de falar desses anos que decorreram entre um e outro período.

Só nos ocupamos da era cristã, pois essa é que marca o início do nosso renascimento espiritual, e é como tal que a devemos examinar.

(1) Summa, III, 3, 8.

CAPÍTULO III

A REDENÇÃO

A história da nossa queda começa com as palavras dum anjo — embora caído em desgraça — a uma virgem no Eden. A história da nossa ressurreição começa com as palavras de um anjo a uma virgem em Nazaré.

S. Lucas conta-nos como o anjo Gabriel se apresentou perante Maria — então uma jovem dos seus quinze anos — e a saudou dizendo: «*Deus te salve, cheia de graça, o Senhor é contigo, bendita és tu entre as mulheres*»⁽¹⁾ e lhe anunciou a parte que Deus desejava que Ela tomasse na Redenção. Maria estava bem ao par das profecias que se referiam ao Redentor e sabia muito bem que a associação com Ele, proposta pelo Anjo, envolvia uma participação especial nos Seus sofrimentos. A sua única dívida foi de como seria afectada a consagração virginal que já fizera a Deus do Seu corpo. Quando o anjo a informou do milagre especial que Deus tencionava operar de forma que pudesse ser mãe do Redentor, sem deixar de ser Virgem, Ela limitou-se a dar uma resposta simples, mas solene: «*Eis a escrava do Senhor: faça-se em mim segundo a Tua palavra*»⁽²⁾. E foi então que «*o Verbo se fez carne e habitou entre nós*»⁽³⁾.

O paralelismo com a queda é muito íntimo. Ao «não

(1) S. Lucas, I, 28.

(2) S. Lucas, I, 38.

(3) S. João, I, 14.

servirei» do demónio opõe-se o «Eis aqui a escrava do Senhor» de Maria. O orgulho e desobediência de Eva são substituídos pela humildade e obediência de Maria. Voltaremos a tratar desta resposta de Maria, pois ela contém o segredo de toda a vida espiritual. Ela é, além disso, um eco do que o Profeta David e depois dele o Apóstolo S. Paulo nos dizem dos primeiros sentimentos do filho de Maria, ao tornar-se homem: «*Não quiseste hóstia, nem oblação, mas formaste-me um corpo...* Então eu disse: «*Eis-me que venho, para fazer, ó Deus, a Tua vontade*» (1).

Aqui o paralelismo é ainda mais acentuado. O novo Adão inicia a Sua vida terrena com um acto de humildade e obediência completa, de que a Sua vida é o cumprimento e a consumação.

De passagem, fixemos a nossa atenção nas palavras de S. Paulo: «*Formaste-me um corpo*».

No decorrer da nossa análise esclarecer-se-á o significado provável desta expressão.

Não há necessidade de nos alongarmos na narração do nascimento de Nosso Senhor, da Sua fuga para o Egipto, da Sua aparição misteriosa no templo de Jerusalém e dos dezoito anos seguintes que foram de trabalho obscuro, numa oficina de Nazaré. S. Lucas, escrevendo sob a inspiração do Espírito Santo, limita-se a resumir este período de vida obscura nas seguintes frases bem significativas: «*E desceu com eles e foi para Nazaré e era-lhes submisso*» (2).

Devemos agora fazer uma pausa para examinar o desdobramento do programa divino. Deus em pessoa, com o Seu poder infinito, com os Seus conhecimentos infinitos e com a Sua sabedoria infinita, fez-se homem e tomou sobre Si os pecados de toda a raça humana. Fez-se homem para expiar os pecados da humanidade, para ganhar para os homens a

(1) Heb. X, 59.

(2) S. Lucas, II, 51.

vida sobrenatural que tinham perdido em Adão, para fundar a Sua Igreja, através da qual essa vida se transmitiria aos homens e para converter os homens com o exemplo da Sua vida e doutrina, por forma que eles pudessem receber a Sua graça.

A Sua vida sobre a terra obedeceu a um plano, organizado pela Divina Sabedoria, em que foram previstos todos os pormenores. Foi prevista a sua duração e nem o seu desenrolar nem o seu fim foram para Ele surpresa. E, no entanto, durante os primeiros trinta anos dos trinta e três que foram destinados ao cumprimento dessa obra gigantesca, o Seu programa de vida, exceptuada a visita misteriosa à casa de Seu Pai em Jerusalém, é resumido pelo escritor inspirado nas seguintes palavras: «*Era-lhes submisso*».

É incalculável o significado desta descrição.

Significa que o único distintivo externo da vida de Nosso Senhor durante esse período, foi a Sua sujeição a Sua Mãe Maria e ao carpinteiro José. A sua vida externa foi a dum operário de aldeia, vida vulgar e que por isso não deixou vestígios no mundo, no sentido em que tal se entende ordinariamente.

O seu verdadeiro significado terá de ser apreciado mais tarde, ao tratarmos do valor das nossas próprias acções. Agora apenas queremos chamar a atenção do leitor para o exemplo, isto é, para uma vida de sujeição humilde à Vontade de Deus, conhecida através duma autoridade humana. A julgar pelas nossas normas clássicas — especialmente pelas normas hodiernas — foi um completo desperdício. Tal juízo, no entanto, só condena as normas em que se baseia, pois estas não só são inadequadas, como também conduzem a erro.

A primeira vista, o período seguinte da vida de Nosso Senhor — a Sua vida pública — parece estar mais de acordo com as nossas ideias. Nos três anos seguintes, vemos Jesus a pregar o Seu Evangelho aos Judeus, a confirmá-lo com milagres e a recrutar e formar certo número de adeptos escolhidos, entre os quais doze ocuparam lugar de relevo. A Sua

fama espalhou-se por todo o País; falava como pessoa dotada de grande poder e autoridade e a Sua influência fez-se sentir tanto, que os Escribas e Fariseus, receando perder as suas posições, começaram a conspirar contra Ele. Mas os Judeus, por seu lado, passaram também a alimentar esperanças de que Ele fosse o libertador, há tanto tempo esperado. Para compreender a sua atitude, temos de recordar que a tradição dum Redentor, que havia de vir, tinha sido alimentada e confirmada por uma longa série de profetas, enviados por Deus, mas no espírito do povo oprimido, que sofria o jugo estrangeiro dos Romanos, essa tradição transformara-se em anseio político. No tempo de Nosso Senhor, espalhará-se entre os Judeus a crença que viria um Redentor o qual, como rei, libertaria Israel da sua sujeição e restauraria o antigo reino dos Judeus.

Os aspectos políticos e religiosos desta redenção misturavam-se nos espíritos do povo em proporções variadas.

Apesar da insistência de Nosso Senhor sobre a verdadeira natureza do Seu reinado, nem mesmo os Seus doze Apóstolos, que lhe estavam associados tão intimamente, escaparam a este erro secular.

Quando Nosso Senhor começou a falar da Sua morte como criminoso numa cruz, a consternação apoderou-se deles, chegando Pedro, que era o Chefe dos Seus discípulos, a queixar-se a Seu Mestre, o que lhe valeu ouvir uma áspera repressão dos lábios de Cristo.

A entrada triunfal de Jesus em Jerusalém, no Domingo de Ramos, pareceu alimentar as esperanças dos Judeus duma libertação nacional; o povo aclamou-O como Rei e recebeu-O tão entusiasticamente que bastaria um sinal preciso dEle para se iniciar um movimento geral de libertação.

A nós, poderia parecer-nos esse o momento oportuno para Jesus se apoderar do poder temporal, como meio para instalar um império espiritual. Mas não era esse o plano de Jesus e esses acontecimentos não passavam dum facto accidental

da Sua política. A Sua obra tinha um fito interiormente diferente. «*O reino de Deus, pregou Ele, está dentro de vós*» (1).

Na realidade, quando recordamos quem era Jesus e o poder infinito que estava à Sua disposição, não nos causa tanta admiração a obra maravilhosa que Ele executou na Sua vida pública, como as muitas e maravilhosas obras que poderia ter feito e não fez. E ficamos com a impressão de que, através de todo este período, o Seu maior desejo foi apressar o período final da Sua vida — de que os trabalhos do Seu ministério público formavam apenas uma pequena parte do Seu programa, parte aliás cumprida com toda a perfeição, mas que eram alguma coisa que Ele parecia ter menos a peito do que o período final — «*o baptismo com que tinha de ser baptizado*» (2) para o qual corre com a impaciência dum amante, se nos é permitido exprimir-nos assim.

Não podemos seguir os nossos processos para avaliar este período, que tem muitas coisas dignas de nota. Ele não escreveu nada com o Seu punho. Compartilhou com os Seus discípulos do trabalho da pregação e deixou a cargo destes todo esse ministério.

Embora fosse grande a obra que desenvolveu, os seus discípulos ainda haviam de fazer mais e apenas reservou para Si a superioridade do sofrimento.

Apreciando a Sua obra tal como ela se apresentava no dia em que morreu, parecia ter constituído um malogro completo. As multidões que o tinham aclamado no Domingo anterior foram substituídas na Sexta-Feira por uma turba enfurecida que pedia a Sua morte.

Os milhares de pessoas que O tinham escutado e tinham presenciado os Seus admiráveis milagres, os que tinham sido ajudados e curados por Ele, pareciam ter desaparecido. Junto à Cruz, vemos apenas Sua Mãe, um dos apóstolos, e algumas mulheres piedosas, e entre a multidão alguns dos seus adeptos, cuja posição lhes deu talvez coragem para estarem presentes.

(1) S. Lucas XVII, 21.

(2) S. Lucas XII, 50.

Ele próprio é acusado de impostor, vilipendiado como criminoso, e sujeito a uma morte que traz consigo o estigma da mais profunda degradação.

Tudo isto faz parte dum programa, que impressiona a nossa forma de apreciar os acontecimentos.

É desse remate da vida de Cristo, vida que a nossa maneira de ser condena como malogro completo, que depende toda a história de género humano.

Porque Nosso Senhor era Deus e a Pessoa que actuou e sofreu na natureza humana de Cristo, era Divina, os Seus actos revestiam-se todos dum valor infinito. Se Deus quisesse, um só desses actos, por mais pequeno que fosse, teria sido mais que suficiente para dar satisfação pelos pecados do mundo e para remir todos os homens. Mas o amor de Deus decidiu outra coisa. Seguindo os Seus sábios desígnios, para ajudar o homem a compreender a enormidade do pecado, para ganhar a sua confiança e o seu amor e para o vencer do Seu amor imenso e do Seu desejo de o ver feliz, Deus decretou que a salvação do Mundo fosse feita à custa da Paixão e Morte de Seu Filho.

Os cinco mistérios dolorosos do Rosário contêm o resumo dessas horas amargas, que decorrem desde quinta feira à noite até à tarde de sexta-feira: a Agonia no Jardim das Oliveiras, a Flagelação, a Coroação de espinhos, a Caminhada sob o peso da Cruz e a Crucifixão no Calvário. Foi um período curto, se for medido pelo movimento do sol, mas se for medido como são medidos, na realidade, os momentos de agonia, essas breves horas foram mais longas que toda a duração do mundo, porque não podemos conceber o que sofreu nelas Nosso Senhor.

O Seu Corpo foi feito para sofrer e o poder da Sua Divindade foi usado apenas para evitar o remédio que a fraqueza humana teria por outra forma encontrado, isto é, a perda dos sentidos e, em pura dor, a da própria vida.

Nenhum ser humano sofreu jamais o que Nosso Senhor sofreu na agonia física, e essa agonia física não foi mais

que uma gota no oceano comparada com a agonia intensa do Seu Espírito e do Seu Coração. Porque o Coração do Crucificado ardia no amor mais intenso que jamais existiu no Mundo e o Coração do Filho estava despedaçado pelas ofensas que os homens cometem contra seu Pai Celeste. E nesse mesmo Coração ardia um fogo de amor pelos homens, de amor por todos e por cada um destes; o coração do Amante estava despedaçado ao pensar na frieza daqueles que Ele amava e nos danos que sofriam por se recusarem a amá-Lo.

No Domingo passado ouvimos as lamentações, que arrancaram lágrimas aos olhos de Deus: *E tu não quiseste*; na Sexta Feira sobre a Cruz, o mesmo amor arranca daquele Divino Coração todas as gotas do Seu sangue. Na realidade, o nome que Lhe compete é «O amante sublime».

Devemos ainda ter em mente que o Seu amor pelos homens não é um simples amor pela humanidade em geral. Deus ama a cada indivíduo humano, pessoal e particularmente. É essencial recordar este facto. Cada um de nós pode com razão considerar concentrado em si todo o Coração e amor de Nosso Senhor, pois Ele sujeitar-se-ia de bom grado a todos os tormentos da Sua Paixão por cada um de nós e cada um de nós esteve presente no Seu Espírito, tão clara e significativamente como se não houvesse mais ninguém para remir. O Coração de Nosso Senhor é o Coração dum Homem que é Deus e que possui toda a infinidade de pensamento, poder e amor dum Deus. No entanto, é um coração humano, com todos os desejos de um coração humano de amar e ser amado, e nenhum amante foi jamais tratado e desprezado tão amargamente como «Este amante sublime».

Desta forma, o género humano, que se perdeu junto à árvore do Jardim do Éden, foi remido junto à árvore da Cruz no Calvário. E assim como Eva se postou junto à árvore do Éden e desempenhou papel primacial na nossa queda, assim também a nova Eva, Maria, Mãe de Cristo, se postou junto à cruz no Calvário e desempenhou um papel tão importante na nossa redenção, que há teólogos que não

hesitam em dizer que Ela é corredentora. Os Seus sofrimentos também não conheceram medida. Não passava duma criatura humana; no entanto, a graça de que estava revestida a Sua alma deu-Lhe uma capacidade para o sofrimento, para nós incompreensível. Só uma mãe pode compreender os sofrimentos de uma mãe, só um amante pode avaliar as angústias dum amante e só a Mãe de Deus pode compreender os sofrimentos que dilaceraram o Coração de Maria ac pé da Cruz.

Ela compreendia, como ninguém, o horror do pecado e avaliava, como ninguém podia avaliar, a agonia que os homens causavam ao Coração do Seu Filho.

Ela sabia, como só a Mãe de todos os homens podia saber, o mal que os homens faziam a si próprios. «*Grande como o mar, é a tua ruína, ó Filha de Sião*» (1).

Ela é a Mãe das Tristezas e nada mais do que isso podemos dizer.

Foi por isso desta dolorosa Paixão e Morte que se levou a efeito a redenção dos homens, o que torna mais flagrante o paralelo com a queda no Éden. O orgulho e a desobediência foram a causa da nossa ruína; a nossa redenção foi obtida com a humildade e obediência de Cristo. S. Paulo resume todos estes sentimentos quando, referindo-se a Nosso Senhor, diz: «*aniquilou-se a Si mesmo, tomando a forma de servo... Humilhou-se a Si mesmo, feito obediente até à morte e morte de Cruz*» (2).

Històricamente, a fase seguinte da nossa reabilitação começou no terceiro dia depois da Crucifixão, quando Cristo ressurgiu dos mortos, triunfante e imortal, para nossa justificação e se converteu em «espírito vivificante» (3) para aqueles que acreditam nEle. Foi este o começo do Seu triunfo. Quarenta dias depois, subiu ao Céu, depois de dar os últimos retoques na sua obra de fundação da Igreja. No Céu está

(1) Lam. II, 13.

(2) Fil. II, 7-8.

(3) Rom. IV, 25 e I Cor. XV, 45.

sentado à direita de Deus Pai e reina como Soberano do Universo para toda a eternidade. A Sua missão na terra terminara em certo modo, mas sob outro aspecto apenas começara.

Nesta altura, depara-se-nos uma dificuldade especial que parece frustrar todas as nossas tentativas para esboçar o plano da redenção, isto é, a estranha forma em que a acção recíproca entre a vida de Nosso Senhor e a nossa própria vida transcende não só o espaço, mas também o tempo, desafiando a própria sequência externa dos acontecimentos. Por exemplo: Nossa Senhora foi preservada do pecado original e santificada pelos merecimentos de Cristo cerca de cinquenta anos antes da Paixão e Morte que seriam a causa de tal preservação. No Getsémani, no Calvário, Nosso Senhor foi coberto com a vergonha dos pecados que cometemos hoje e mesmo daqueles pecados que cometerão aqueles que vierem depois de nós até à consumação dos séculos. Com efeito, o plano integral de Deus para a nossa santificação consiste em nos tornar participantes vivos na vida e morte de Cristo. Essa comparticipação exige uma sucessão intimada de acção em comum e cooperação, uma relação de causas e efeitos mútuos repetidos constantemente. No entanto, a parte que Nosso Senhor desempenhou na terra, nessa comparticipação, completou-se há perto de dois mil anos, ao passo que o nosso papel está ainda por ser executado.

A organização da Igreja, os sacramentos, a presença sacramental de Cristo nos nossos altares, e a Sua presença gloriosa no Céu ajudam-nos de certo modo a vencer as dificuldades que encontramos e compreendemos que Ele age ainda em nós, mas o papel que desempenhamos na vida e morte de Cristo continua a ser um mistério que não é fácil penetrar. No entanto a parte que desempenhamos é absolutamente real. Nos capítulos seguintes tentaremos vislumbrar a obra desta comparticipação sob diversos aspectos; por agora vamos seguir apenas a sequência histórica dos factos, e avisamos o leitor de que a relação entre a vida de Nossa Senhor

e a nossa própria vida não é por forma alguma limitada à sequência do tempo.

Depois de ter ganho para nós, como novo Adão, a vida sobrenatural que o velho Adão tinha perdido, Nosso Senhor lançou mão de certos meios para transmitir, a cada um de nós, essa nova vida. A acção directa de cada um de nós é, sem dúvida, sempre possível e, como a santificação é um trabalho sobrenatural, no sentido mais estrito do termo, só Deus pode ser a sua causa e agente principal. Não obstante, usando da Sua misericórdia, dignou-se associar as Suas criaturas a Si na Sua obra, por forma a tornar-lhes possível a participação na Sua felicidade. O meio mais evidente de que se serve para estender os Seus benefícios a todos os homens é a Sua Igreja. A associação desta palavra com um edifício, em que se levam a efeito os actos do culto, pode afastar-nos do seu verdadeiro significado, que é uma organização, uma associação ordenada de pessoas, numa hierarquia de autoridade, dotada de certos poderes, sujeita a Cristo e que transmite a cada um dos seus membros os frutos da Redenção. S. Pedro foi o seu primeiro Chefe visível, exercendo a sua autoridade como vice-gerente de Cristo, e seguiu-se-lhe uma longa série de Papas, dispondo todos de autoridade plena em nome de Cristo.

Os Doze Apóstolos foram os primeiros Bispos, gozando de certos privilégios exclusivos e sucederam-lhes os Bispos que são colocados pelo Espírito Santo à frente de cada diocese, em união com o Papa. São auxiliados pelo sacerdócio católico em que Deus perpetuou o Seu próprio sacerdócio. As ordens menores do clero associam-se a este no seu ministério. A Igreja abrange, por fim, todos os fiéis, que se tornam seus membros pelo sacramento do Baptismo. Recebendo-o, tornam-se participantes da vida que Cristo lhes conquistou no Calvário, estão unidos a Ele como os ramos à vide e estão por isso sujeitos às leis que regulam essa vida sobrenatural nas suas almas, leis estas promulgadas pela autoridade legítima que governa a Igreja.

A Igreja ocupa lugar de especial relevo entre as sociedades conhecidas dos homens. Existem muitas outras sociedades — algumas naturais e outras artificiais, umas obrigando nações inteiras e outras limitadas a uma só família; há sociedades de todos os tipos, e no entanto a Igreja é diferente de todas elas. Porque a Igreja não é só uma organização, é também um organismo vital, é, de facto, o Corpo vivo de Cristo.

Com esta expressão atingimos a essência de todo o problema, cuja explicação ou discussão ocupará as páginas deste livro.

Observemos agora os dois processos vitais que se encontram nesta sociedade e que explicam o seu carácter singular. O primeiro é o sistema sacramental. Gira ele em redor do grande sacramento da Sagrada Eucaristia, no qual o Corpo e Sangue de Nosso Senhor e Salvador Jesus Cristo se convertem em alimento essencial à vida da alma cristã, sem o qual esta não pode gozar da felicidade eterna. Nesse Santo Sacramento estão real e verdadeiramente presentes o Corpo, o Sangue, a Alma e a Divindade de Cristo. Se este é o alimento da alma, que não será a sua vida? Poderá ser alguma coisa senão o próprio Deus em pessoa, vivendo de certo modo na alma?

E assim chegamos à conclusão de que no sacramento do Baptismo, por meio do qual a alma recebe a sua vida sobrenatural, a Santíssima Trindade vem e fixa residência na alma do baptizado e estabelece união vital com essa alma, na qual o Espírito Santo desempenha papel tão íntimo, que pode com propriedade dizer-se que Ele é a alma da alma, porque é o princípio que anima a sua vida sobrenatural, que é transmitido à alma pela graça. Isto não envolve, é claro, aquilo que os filósofos chamam união substancial, como é a união do corpo humano e da sua alma, pois essa união produz uma nova substância. O termo técnico para a união da graça é «união accidental», pois, ao tornar-se participante da natureza divina, a alma não se torna Deus, nem perde de

forma alguma a sua personalidade individual ou distinção de substância.

Verifica-se, no entanto, uma transformação real, pela qual a alma se torna capaz de acções que estão completamente fora da sua natureza humana.

Do mesmo modo que o ferro, mergulhado no fogo, participa do calor ardente e poder de inflamação deste, sem deixar de ser ferro, assim também a alma, unida a Deus, participa da Sua natureza real e vital, embora em modo limitado. Tão real é esta transformação, que a alma se converte em verdadeira filha de Deus. Torna-se sua filha por adopção, mas, ao passo que a adopção humana apenas confere direitos legais e bens extrínsecos, sem produzir qualquer alteração na natureza da criança adoptada, a adopção divina confere-nos efectivamente uma natureza e torna-nos filhos de Deus e herdeiros do Seu Reino.

Temos ainda o testemunho do sistema sacramental para provar a natureza extraordinária da Igreja, como organismo vital. As funções do sacerdócio fornecem-nos também outra prova disso. Quando celebra missa, o sacerdote toma o pão nas suas mãos e, falando na primeira pessoa, diz: «Isto é o meu corpo». Em virtude dessas palavras, o pão transforma-se no Corpo de Cristo. No confissãoário, o mesmo sacerdote, dirigindo-se ao penitente na primeira pessoa, diz-lhe: «Eu te absolvo dos teus pecados, em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo». E por virtude dessas mesmas palavras são perdoados ao penitente, devidamente arrependido, todos os seus pecados.

Se recordarmos as palavras de Nosso Senhor, temos de reconhecer que o perdão dos pecados é obra só de Deus.

Temos aqui, pois, um testemunho claro da presença viva de Cristo na Sua Igreja e uma manifestação dessa união vital e sociedade íntima que existe entre Ele e os membros do seu chamado Corpo Místico.

Podemos citar ainda outro exemplo extraído do mesmo sistema sacramental.

Nosso Senhor não só perpetuou a Sua presença real nas espécies sacramentais do altar e o Seu sacerdócio na pessoa dos Seus ministros, mas encontrou ainda forma de perpetuar o Seu sacrifício — o sacrifício único do Calvário — no sacrifício sacramental da Missa. Há aqui um mistério, o «mistério da fé», mas podemos dizer que o católico que assiste à Missa está tão perto do sacrifício de Nosso Senhor na Cruz, em tudo o que diz respeito à sua essência sobrenatural, como o estavam aqueles que permaneceram junto aos pés da Cruz, porque a Missa é «o sacramento perfeito da Paixão» (1).

O segundo processo vital a que fizemos referência é ainda mais misterioso.

No seu Evangelho, S. João narra-nos as palavras que Nosso Senhor, já moribundo, dirigiu a Nossa Senhora e a S. João que se encontravam aos pés da Cruz. A Maria, disse: «*Mulher, eis aí o teu filho*» e a S. João disse: «*Eis aí a tua Mãe*» (2).

A interpretação de que S. João representava aqui todo o género humano remido é apoiada por muitos escritores autorizados (3). Maria foi então proclamada Mãe de todos os viventes, a nova Eva, que passaria a ser a guarda e distribuidora da vida que Nosso Senhor derramava para nossa salvação. Por uma forma real, embora misteriosa, Maria gera-nos em Cristo e gera Cristo em nós e toma parte tão vital na regeneração sobrenatural e desenvolvimento de cada um de nós que é, de facto, e não só de nome, nossa Mãe.

Não deixa de revestir especial significado o facto de Ela ser mencionada no primeiro anúncio da nossa salvação no jardim do Eden, quando Deus disse que poria inimizade entre a posteridade dEla e a posteridade do demónio.

E esse significado torna-se mais profundo, quando lemos

(1) Summa, II, 73, 5, 2.

(2) S. João, XIX, 26-27.

(3) Leão XIII — *Adjutricem populi*.

a obra profética de S. João, que forma o último livro da Sagrada Escritura, a visão que teve do grande sinal no Céu:

«Uma mulher vestida de sol e a lua debaixo de seus pés e uma coroa de doze estrelas; e, estando grávida, clamava com dores de parto e sofria tormentos para dar à luz...»

E o dragão parou diante da mulher, que estava para dar à luz, a fim de devorar o seu filho, logo que ela o tivesse dado à luz... E o dragão irou-se contra a mulher e foi fazer guerra aos outros seus filhos que guardam os mandamentos de Deus e retêm a confissão de Jesus Cristo» (1).

A alusão à Igreja bem como a Nossa Senhora é manifesta nesta visão e a própria realidade da sua aplicação torna ainda mais flagrante a relação extraordinária que se vislumbra entre Maria e a Igreja. Ambas são mães e ambas são mães de Cristo.

É em Maria que a Igreja encontra a sua vida, porque Ela é a Mãe do Chefe da Igreja. Aplicando o texto do Apocalipse, acima citado, a Nossa Senhora Pio X pergunta de que nascimento se trata e responde: *«Não há dúvida de que se trata do nosso, porque, sofrendo ainda no exílio, temos de ser gerados para uma vida de caridade perfeita em Deus e felicidade eterna» (2).*

Não teremos, portanto, o direito de considerar todo o plano da redenção, que S. Paulo resumiu na frase *«restaurar tudo em Cristo»* como o renascimento de toda a raça humana, através do exercício da maternidade de Maria — Que é a Mãe de todo o Cristo?

(1) Apoc. XII, 1-17.

(2) Pio X — Ad diem illum, 1904.

CAPÍTULO IV

O CORPO MÍSTICO DE CRISTO

Nos capítulos precedentes descrevemos, em resumo, a queda do género humano e a obra da sua redenção até à morte e ressurreição do Nosso Salvador e à fundação da Sua Igreja. Vamos agora examinar, com mais profundidade, a associação entre as diferentes partes deste processo e em especial a associação pela qual conseguimos o perdão dos nossos pecados e nos tornamos participantes dos merecimentos de Cristo.

Desde que tenhamos em mente que Cristo é Deus, e que, embora houvesse nEle duas naturezas distintas, havia uma só Pessoa e essa era Deus e que todas as Suas acções humanas participavam da dignidade infinita da Pessoa Divina que as praticava, fácil nos será então compreender que a Sua vida e a Sua morte dariam a Deus uma glória e um culto que sobrepujariam infinitamente todos e cada um dos insultos e pecados que todo o género humano pudesse cometer contra Ele.

À primeira análise, parece não haver grande dificuldade em admitir que a ira de Deus podia ser assim aplacada por forma a Ele se sentir disposto a restituir aos homens a Sua amizade. Mas um exame mais profundo da questão não deixa de revelar algumas dificuldades.

A culpa dum pecado é uma coisa pessoal. Ora um homem pode reparar a injúria cometida por outro homem; um

homem pode usar da sua influência pessoal e do seu prestígio junto da parte ofendida para a induzir a desculpar a ofensa cometida por outro homem; um homem pode pagar as dívidas de outro, mas como é que pode um homem tomar sobre si as culpas de outro? Como é que pode um homem tornar o ofensor agradável aos olhos do ofendido? Como é que pode um homem merecer em nome de outro?

Perguntas como estas obrigam-nos a procurar luz sobre o «porquê» da nossa redenção, isto é, como é que cada um de nós é remido dos seus pecados, se torna santo aos olhos de Deus e se faz participante dos merecimentos de Cristo pela Sua Paixão e Morte?

Podem ser aduzidas três sugestões que esta discussão suscitou ⁽¹⁾.

A primeira tornaria a redenção no sentido literal de resgate. Esta sugestão é admirável, mas não deve ser levada muito longe, pois doutra forma induzir-nos-ia a supor que Deus pagou ao demónio a nossa libertação, o que é inadmissível. A segunda sugestão é a da substituição penal. Esta também encontra aplicação real no plano da redenção, mas sofre igualmente de limitações. Levada muito longe, poderia conduzir-nos à ideia de Deus perseguindo a Deus e, seja qual for a interpretação que se lhe der, deixa por resolver a dificuldade da transferência de merecimentos e a substituição da culpa.

A terceira sugestão é a teoria da satisfação. A ofensa tem de ser reparada e isto exige que seja um Agente Divino a dar a devida satisfação. Cristo faz isso superabundantemente, visto ser Deus e Homem. Mas esta teoria pressupõe que todo o pecado deve ou ser punido ou ser expiado adequadamente. Ora Deus podia ter perdoado e considerado remido o pecado, mesmo sem que Lhe fosse dada satisfação adequada. E com esta teoria persiste a primitiva dificuldade de transferência de merecimentos e culpas e surge nova dificul-

(1) Cf. *Prat. A teologia de S. Paulo*. Vol. II, pág. 190 e seg.

dade, pois parece justo que a satisfação seja de algum modo pessoal.

A solução de todas estas dificuldades — e, em última análise, o fundamento de toda a vida espiritual — encontra-se num princípio de solidariedade entre Cristo e o pecador.

Quando se refere a esta dificuldade da transferência do castigo e dos merecimentos entre Cristo e o cristão, S. Tomás resolve-a dizendo que Cristo podia fazer tudo isso por nós, porque Ele e nós juntos formamos «uma pessoa mística». Não se trata, evidentemente, da formação duma pessoa física como adiante explicaremos.

A pergunta: «Como foi que Cristo nos salvou?» responde: «tornando-nos parte de Si mesmo». E quando perguntamos: «Como havemos de nos salvar?» a resposta é a seguinte: «Tornando-nos parte de Cristo». É claro que tais expressões precisam de ser bem entendidas. Tomadas à letra, poderiam ser interpretadas em sentido herético ou panteístico; mas podem ser também interpretadas em sentido metafórico ou até sentimental, absolutamente defeituoso. Apesar das dificuldades que apresenta a sua interpretação apropriada, vamos tentar examiná-las e procurar compreender cabalmente a unidade que nos abrange a nós e o nosso Redentor, pois essa unidade constitui o objectivo principal deste livro.

Encontramos uma referência clara a esta unidade nas últimas palavras que Nosso Senhor dirigiu aos Seus Apóstolos. As Suas palavras são um resumo de todo o programa cristão de vida e contêm a chave para a compreensão de toda a Sua doutrina. Falando aos Seus Apóstolos na Última Ceia, depois de se despedir deles e de os preparar para a sua obra fecunda, Ele começa por recordar a união existente entre Ele próprio e Seu Pai. Promete-lhes, a seguir, outro Paráclito, o Espírito Santo, que habitaria neles e estaria com eles. E passa imediatamente e significativamente a falar da unidade dos homens consigo mesmo, sem deixar de salientar a unidade da Santíssima Trindade: «*Não vos deixarei órfãos; voltarei*

a vós... Naquele dia vós conhecereis que eu estou em meu Pai e vós em mim e eu em vós».

E tendo-lhe alguém perguntado como poderia ser isso, explicou: «Se alguém me ama, guardará a minha palavra e meu Pai o amará e nós viremos a ele e faremos nele morada» (1).

E pouco depois continua: «Permanecei em mim e eu permanecerei em vós. Como a vara não pode de si mesma dar fruto, se não permanecer na videira, assim também vós o não podereis dar, se não permanecerdes em mim. Eu sou a videira e vós as varas. O que permanece em mim e eu nele, esse dá muito fruto; sem mim nada podeis fazer» (2).

E logo a seguir, estabelece os princípios da unidade entre os homens:

«O meu preceito é este: que vos ameis uns aos outros, como eu vos amei» (3).

Por fim, ao terminar a Sua oração ao Pai, revela a unidade a que St.º Agostinho chama «todo o Cristo»:

«E por eles eu me santifico a mim mesmo, para que eles também sejam santificados na verdade. Eu não rogo somente por eles, mas também por aqueles que hão-de crer em mim por meio da sua palavra; para que sejam todos um, como Tu, Pai, o és em mim, e eu em Ti, para que também eles sejam um em nós... Eu dei-lhes a glória que Tu me deste, para que sejam um, como também nós somos um: Eu estou neles e Tu estás em mim, para que sejam consumados na unidade...

Eu fiz-lhes e far-lhes-ei conhecer o Teu nome, a fim de que o amor com que me amaste, esteja neles e eu esteja também neles» (4).

Uma vida inteira de meditação piedosa sobre estas palavras não esgotaria o seu significado. Aqui pouco mais po-

(1) S. João, XIV, 18-23.

(2) S. João XV, 1-5.

(3) S. João XV, 12.

(4) S. João XVII, 19-26.

demos fazer do que indicar ao leitor o texto do Evangelho de S. João, capítulos XV a XVII, onde se lêem as palavras acima citadas, pedindo-lhe que as leia e torne a ler, lembrando-lhe que foram as últimas palavras de Nosso Senhor aos Seus discípulos, na noite que precedeu a Sua morte. Há nelas três pontos a destacar: primeiro — que a unidade de todos os fiéis está «em Nós», isto é, no Pai e no Filho; segundo — que a unidade de todos os fiéis é moldada pela unidade da Santíssima Trindade «*como também Nós somos um*» e terceiro — que Nosso Senhor nos santifica, santificando-Se a Si mesmo, por forma que, estando Ele em nós, «*nós tornamo-nos perfeitos em Um*».

O seguinte testemunho desta unidade vem-nos do Apóstolo S. Paulo. A sua conversão começou com a famosa visão no caminho de Damasco, para onde se dirigia, a fim de perseguir os cristãos.

«*Saulo, Saulo, por que me persegues? E ele disse: Quem és tu, Senhor? E Ele respondeu: Eu sou Jesus a quem tu persegues*» (1).

A identificação do Redentor com os remidos parece ter-se apoderado do espírito de S. Paulo tão profundamente que, em todas as suas epístolas se não cansa de repetir o mesmo lema que resume na frase: «Em Cristo».

Numa delas, fala-nos do processo da regeneração, comparando-o ao enxerto dum zambujeiro em boa oliveira (2). Noutra, compara a união de Cristo com a Igreja à união do homem com sua mulher: «*E serão dois numa só carne*» (3).

De mais nas suas epístolas, são contínuas as alusões à união dum corpo com os seus membros vivos. Cristo é a Cabeça e nós somos os Seus membros — braços, mãos, boca e até o coração do Seu Corpo Místico.

«*Porque, assim como o corpo é um e tem muitos membros, mas todos os membros do corpo, embora sejam muitos,*

(1) Actos IX, 4-5.

(2) Rom. XI-24.

(3) Ef. V, 32.

são contudo um só corpo; assim é também Cristo... (1) Ora vós sois corpo de Cristo» (2). Para os fins que temos em vista, é melhor procurarmos compreender a ideia que fazia S. Paulo do Corpo Místico de Cristo.

O corpo humano compõe-se de muitos membros ou órgãos, cada um dos quais tem funções próprias e participa, no entanto, da vida pessoal e identidade do todo. Se a minha boca fala, os meus olhos vêem ou a minha mão apalpa, sou *eu* que falo, vejo ou apalpo. Os antigos atribuíam muito mais funções à cabeça do que a ciência moderna lhe garante. S. Paulo faz uso da semelhança, como se entendia no seu tempo e assim, quando fala de Cristo, como Cabeça do corpo, atribui-Lhe não só as funções de governo e toda a superioridade que é prerrogativa do cérebro, mas também muitas outras funções que se sabe hoje serem desempenhadas por outros órgãos, especialmente pelo coração, porque assim como o coração fornece ao corpo o sangue que dá vida, assim também o Corpo Místico de Cristo recebe d'Ele a circulação vital.

Mas um exame mais profundo do organismo humano derramará mais luz sobre esta união do Corpo Místico. Exprimindo-nos em linguagem corrente e não em termos rigorosamente científicos, podemos dizer que o corpo humano é constituído por pequenas unidades denominadas células. Com efeito, teve origem na união de dois elementos, que formaram uma célula, a qual, por sua vez, cresceu e se multiplicou. Existem seres vivos de ordem muito inferior, que se compõem de uma única célula, mas, no corpo humano, o número de células é enorme, sem deixarem, no entanto, de formar um só corpo. Porquê? O motivo é porque são todas animadas pelo mesmo e único princípio vital, a alma humana, e por isso cada célula vive, não para si, mas para o todo. Estas células unem-se para formar órgãos e estes, por sua vez, funcionam, não para seu proveito próprio, mas para proveito do ser humano, de que fazem parte. Corpos

(1) Cor. XII, 12.

(2) Cor. XII, 27.

estranhos, como, por exemplo, uma bala de chumbo, podem alojar-se no corpo humano, mas não fazem parte dele, porque não tomam parte no desenvolvimento vital.

Por vezes sucede que as células parecem revoltar-se e deixam de estar subordinadas ao benefício de todo o organismo e temos então o cancro, que pode acabar por destruir a vida de todo o corpo, mas, num corpo são, todas as células se subordinam a um único princípio de vida. A própria acção química de muitos materiais do corpo humano modifica-se pela sua participação no ser vivo e, logo que sobrevém a morte, eles fazem sentir a sua presença, começando a corrupção.

Até que ponto se pode aplicar este conceito do corpo à união dos fiéis «em Cristo»? Como primeiro passo para encontrar resposta a essa pergunta, notamos que o termo «corpo» pode aplicar-se a tais uniões por várias formas. É, por exemplo, aplicado a um grupo de pessoas que se associam para determinado fim. Tais uniões denominam-se corpos «morais»; a sua unidade depende da vontade dos membros, que são animados por um fim comum e encontram-se em tais corpos vários graus de organização, implicando laços de autoridade e interdependência, bem como direitos e deveres mútuos. Todas as associações, como clubes, corporações, sociedades e comunidades religiosas, gozam de unidade moral que lhes permite a denominação de «corpos». A unidade do Corpo Místico de Cristo será uma unidade do mesmo género?

Se com essa pergunta se pretende saber se a unidade do Corpo Místico envolve a vontade dos seus membros e depende dela, a resposta categórica não pode deixar de ser «sim» e veremos, no decorrer da nossa exposição sobre a vida espiritual, que a parte que tomamos nela implica o uso contínuo da vontade que se chama amor. Mas se a pergunta pretende limitar a unidade desse Corpo às proporções da unidade de que gozam essas sociedades, a resposta encontra-se nas palavras do nosso Santo Padre, o Papa Pio XII, na sua Encíclica do Corpo Místico de Cristo.

«Se compararmos o Corpo Místico com o moral, veremos que a diferença não é leve, mas importantíssima e gravíssima. No corpo moral, não há outro princípio de unidade senão o fim comum e a comum aspiração, sob a autoridade social, para o mesmo fim, ao passo que no Corpo Místico de que falamos, a esta aspiração junta-se outro princípio interno, realmente existente e activo, tanto de todo o composto, como de cada uma das partes e tão excelente que supera imensamente todos os vínculos de unidade que ligam o corpo, quer físico, quer moral» (1).

Este princípio de unidade, cujo funcionamento teremos de examinar, é, segundo diz o mesmo Santo Padre, o Próprio Espírito Santo, que «sendo um só e o mesmo, enche e une toda a Igreja». Há, portanto, alguma coisa mais do que unidade moral. Mas poderemos dizer que a unidade do Corpo Místico é da mesma natureza que as células do corpo humano, que se unem para formar uma única pessoa física?

A essa pergunta responde o Santo Padre com as palavras seguintes:

«Enquanto no corpo natural o princípio de unidade junta de tal maneira as partes que cada uma fica sem subsistência própria, ao contrário, no Corpo Místico, a força de mútua coesão, por mais íntima que seja, une os membros de tal modo que estes conservam perfeita e própria personalidade».

O Corpo Místico não é, portanto, uma pessoa física, envolvendo a destruição da personalidade individual dos seus membros.

O Papa aponta ainda outra diferença:

«Em todo e qualquer corpo físico dotado de vida, os membros particulares destinam-se, em última análise, unicamente ao bem de todo o composto, ao passo que toda a sociedade de homens, considerado o fim último da sua unidade, é finalmente ordenada ao proveito de todos e cada um dos membros, como pessoas que são».

(1) Enc... Mystici Corporis — 29-VI-1945.

E o Papa demonstra que a Igreja, Corpo Místico de Cristo, existe para bem dos fiéis e para dar glória a Deus e a Jesus Cristo, enviado por Ele. O Papa condena ainda, como errônea, a teoria de que «o Divino Redentor e os membros da Igreja formam uma pessoa física» e que, por consequência, «enquanto atribui aos homens propriedades divinas, fazem Cristo Nosso Senhor sujeito a erros e à humana inclinação para o mal».

Condena também o erro daqueles que «atribuem toda a vida espiritual dos fiéis e todo o progresso na virtude unicamente à acção do Espírito Santo, excluindo ou menosprezando a correspondência e colaboração que devemos prestar-lhe».

O Papa ensina-nos, portanto, que a unidade do Corpo Místico de Cristo é alguma coisa mais que unidade moral, mas rejeita a ideia de uma unidade que envolve a negação de personalidade de cada um dos seus membros e a consequente necessidade da cooperação pessoal destes na vida desse Corpo. O Corpo Místico de Cristo, embora seja uma pessoa mística, dotada de vida que vem de dentro, não é uma pessoa física. Há duas uniões especiais que nos podem auxiliar a compreender a unidade do Corpo Místico, embora a unidade deste não seja igual a qualquer daquelas.

Em Nosso Senhor há duas naturezas unidas numa só Pessoa. Quanto a nós, embora tenhamos natureza humana e participemos da natureza divina pela graça, não se pode dizer no nosso caso que se trate de uma união hipostática, como se chama àquela. A outra união é a que o próprio Nosso Senhor citou como modelo da união entre Ele e os Seus membros, isto é, a união da Santíssima Trindade. Em Deus há três Pessoas, e, no entanto, há uma só Natureza Divina; da mesma forma há no Corpo Místico de Cristo milhões de pessoas, que participam da Natureza Divina, conservando no entanto, cada uma a sua natureza humana.

Devemos, no entanto, assinalar imediatamente a diferença. Em Deus, cada uma das Pessoas Divinas é Natureza

Divina e Substância Divina; no Corpo de Cristo, cada um dos seus membros participa apenas da natureza divina em modo limitado, isto é, acidentalmente e não substancialmente. Doutra forma teríamos o panteísmo. No entanto, apesar dessa diferença importante, não deixa de haver semelhança...

Voltando agora à doutrina de S. Paulo sobre o Corpo Místico de Cristo, vemos que ela não pode ser interpretada no sentido de excluir a personalidade física de cada membro ou qualquer das suas consequências. Mas, tendo em conta essa limitação, podemos servir-nos do conceito de S. Paulo, pois este servirá para lançar muita luz na unidade de todo o Cristo.

Com efeito, essa mesma oposição entre as reivindicações da independência pessoal e as da independência sobrenatural é que conduz à luta que caracteriza a vida espiritual. No organismo humano, como vimos, as células, os membros e todas as partes que o compõem são apenas partes do organismo, enquanto são verificadas e governadas pelo princípio vital, que é a alma humana. As partes individuais não têm «personalidade» própria, não têm liberdade de escolha. No Corpo Místico de Cristo, as condições são absolutamente diferentes. O Espírito Santo desempenha nesse Corpo o papel que corresponde ao da alma no corpo humano, embora não seja a sua forma substancial. Vivifica e governa todos os membros são desse Corpo, desde que esses membros vivam a vida dele. Mas cada membro conserva o domínio sobre as próprias acções, pode optar entre o viver a vida sobrenatural do Corpo de Cristo ou a sua própria vida natural, e as suas acções só pertencem ao organismo sobrenatural, enquanto estão de acordo com as regras do Espírito desse organismo, ou por outras palavras, enquanto estão conformes com a Vontade de Deus. A conformidade com a Vontade de Deus é, portanto, o princípio fundamental da união vital com o Corpo de Cristo e todo o acto de obediência à Vontade de Deus é um acto de comunhão real com Cristo. É aí que está o segredo de toda a filosofia e história cristãs.

Mas esclareçamos este ponto.

Não discutimos, neste momento, como é que nos tornamos membros do Corpo Místico, pois isso efectua-se como veremos, pelo sacramento do Baptismo. Examinamos apenas qual é a condição fundamental de uma sociedade sã e viva. Cada membro conserva a sua própria personalidade e o consequente domínio sobre as suas acções; nos seus actos, pode viver como membro de Cristo ou como indivíduo particular e independente. De facto, pode mesmo dizer-se que pode proceder das duas formas ao mesmo tempo, ao menos em grau imperfeito, visto as acções humanas poderem obedecer aos mais variados motivos. O homem, que em qualquer acção particular, cumpre a vontade de Deus por amor d'Ele, vive em plena união vital com Cristo. O homem, que deliberadamente age contra a vontade de Deus em matéria que obriga sob pena de pecado venial, afasta em definitivo essa acção da vida de Cristo, sem cortar a ligação vital que o une à Cabeça; ou melhor, impede que Cristo participe nessa acção particular, pois não impede que Ele tenha de participar do castigo devido pelo pecado do Seu membro. O homem que comete deliberadamente um pecado mortal, não só desvia a sua acção da vida do Corpo Místico, mas interrompe a circulação vital que o liga a esse Corpo. É certo que conserva ainda a fé e a esperança, e, se não pecar contra a fé, continua a ser membro desse Corpo, mas, enquanto não for restaurada a caridade na sua alma, por intermédio da contrição e da graça de Deus, é um membro morto e está portanto sujeito, como todos os membros mortos, à corrupção, com todas as suas consequências.

Resumindo tudo o que acabamos de expor, diremos que o plano de Deus para a nossa redenção é «restaurar todas as coisas em Cristo».

Com a Sua Paixão e Morte, Nosso Senhor lançou os alicerces de um organismo sobrenatural, do qual são membros todos os fiéis, unidos a Ele em certo modo como estão unidos os membros e a cabeça do corpo humano, sem, no

entanto, perderem a responsabilidade e personalidade individuais, como seria de concluir, se se formasse uma nova pessoa física. Neste organismo, o Espírito Santo actua como alma e Cristo como Cabeça, mas, porque existe união vital e mística entre Cristo e cada um dos membros, o organismo inteiro pode chamar-se Cristo, como se deduz claramente dos escritos de S. Paulo e Santo Agostinho.

A nossa salvação depende da nossa qualidade de membro deste Corpo e a plenitude dessa qualidade só se obtém cumprindo a Vontade de Deus, pois foi o próprio Nosso Senhor que disse: «*Porque o que fizer a vontade de Deus, esse é meu irmão, minha irmã e minha mãe*» (1).

Não admira, pois, que o único conselho que Maria, Mãe do Corpo Místico de Cristo, deu aos homens fosse: «*Fazei tudo o que Ele vos disser*» ou que Nosso Senhor tivesse dito: «*A minha comida é fazer a vontade d'Aquela que me enviou a cumprir a Sua obra*» (2).

Existe, portanto, uma união vital que abrange Cristo e os fiéis e que é única na sua natureza. Chama-se união mística, não porque não seja real — pois, falando figuradamente, poderia até dizer-se que é a única realidade do mundo — mas para distinguir a sua natureza da de todas as outras unidades colectivas.

Tem, com efeito, propriedades bem reais, como diz Pratt: «*Sente-se, neste composto maravilhoso, primeiramente, a acção real da Cabeça sobre cada um e todos os seus membros, a seguir a reacção dos membros uns sobre os outros, através da comunhão dos santos e, por último, uma interpenetração real do Espírito Santo, que vivifica todo o corpo e forma nele o mais perfeito dos laços — a caridade. O que distingue essencialmente o Corpo Místico das entidades morais, a que erradamente se dá o nome de «corpos», é que aquele é dotado de vida e vida que vem de dentro*» (3).

(1) S. Marcos, III, 35.

(2) S. João, IV, 34.

(3) *The Theology of St. Paul*, Vol. II, pg. 285.

O Corpo Místico de Cristo é, desta forma, uma entidade com quatro dimensões, pois transcende completamente o espaço e o tempo.

A acção mútua da cabeça e dos membros não é limitada pela separação do espaço ou do tempo e — o que é importante ponderar, especialmente no que diz respeito ao tempo bem como ao espaço — esta acção mútua pode exercer-se em qualquer direcção, isto é, tanto no passado, como no futuro. Cristo, por exemplo, sofreu, como já dissemos, pelos nossos pecados, antes de nós os termos cometido; Nossa Senhora foi remida ainda antes do nascimento do Redentor, cuja morte foi a causa da Sua redenção. Temos, na verdade, de ter em mente que a «alma» deste Corpo Místico é o Espírito Santo, que existe fora do tempo, pois é Eterno.

Nós existimos no tempo, isto é, gozamos ou possuímos a vida a pouco e pouco, numa longa série de «actualidades». Um ser eterno possui a vida «*tota simul*» — toda junta e duma vez — a sua existência é uma eterna actualidade. Com um ser eterno desta natureza a dar vida ao Corpo Místico, é evidente que as limitações do tempo e do espaço não se lhe podem aplicar como se aplicam usualmente.

Sobre este assunto, aconselhamos ao leitor a consulta das epístolas de S. Paulo a respeito deste conceito de Cristo. Tal leitura só lhe poderá ser frutuosa e se consultar os Evangelhos, onde este conceito do Corpo Místico, esteve muitas vezes no espírito de Nosso Senhor, ao falar do reino de Deus ou do reino do Céu, encontrará na leitura dessas páginas sagradas muita luz sobre este mistério e grande conforto moral.

Como depoimento autorizado de doutrina, concluamos este capítulo, citando outra vez o mesmo Santo Padre:

«Cristo está em nós pelo Seu espírito que nos comunica e pelo qual opera em nós de modo que tudo o que o Espírito Santo opera em nós de divino, deve dizer-se que é Cristo também que o opera...»

Desta mesma comunicação do Espírito de Cristo se-

gue-se, por isso, que todos os dons, virtudes e poderes miraculosos que se encontram na Cabeça de modo eminente, superabundante e eficiente, dela derivam para todos os membros da Igreja e nestes, conforme o lugar que ocupam no Corpo Místico de Cristo, se aperfeiçoam dia a dia e que, conseqüentemente, a Igreja se torna como que o complemento e a plenitude do Redentor e Cristo completa-se na Sua Igreja. Esta é, em resumo, a razão por que, segundo a doutrina de Santo Agostinho, a que acima já nos referimos, a cabeça mística que é Cristo e a Igreja, que é na terra como que outro Cristo e faz as suas vezes, constituem um só homem novo, em que se juntam o céu e a terra para perpetuarem a obra salvadora da Cruz; este homem novo é Cristo Cabeça e Corpo, o Cristo total» (1).

(1) Pio XII — Enciclica: *Mystici Corporis Christi*.

CAPÍTULO V

SOCIEDADE COM CRISTO

Muitas páginas mais se poderiam escrever a esclarecer a natureza do Corpo Místico de Cristo, considerado no seu aspecto total, mas temos de passar a tratar desse mistério — porque é um mistério — sob o ponto de vista do indivíduo católico, visto ter sido o nosso principal objectivo, ao escrevermos este livro, falar da sua vida espiritual e sociedade com Cristo.

É pelo Baptismo que nos tornamos membros do Corpo Místico de Cristo. As antigas cerimónias que acompanhavam a administração deste Sacramento, em que o neófito era mergulhado completamente na água, para sair daí regenerado para uma nova vida, tinham um significado muito real. Logo que começou a Sua vida pública, Nosso Senhor em pessoa não deixou de nos avisar: «*Em verdade, em verdade vos digo, que não pode ver o reino de Deus senão aquele que nascer de novo*» (1).

O Baptismo é, portanto, um renascimento, que deixa, no entanto, dentro de nós as raízes da antiga vida, de modo que, na realidade, é apenas o começo da operação de pôr fora o homem velho e vestir o novo, que só atingirá o seu fim normal e natural, quando sobrevier a morte.

Se vivermos na graça de Deus, durante toda a nossa vida —, e, poderíamos também dizer, se morrermos na gra-

(1) S. João, III, 5.

ça de Deus —, vamos direitos para o Céu, após a morte. Se isso não acontecer, então o trabalho da nossa transformação e renovação terá de ser completado no Purgatório, visto no Inferno já não ser possível. Essa impossibilidade é, de facto, o Inferno. S. João Baptista resume toda a operação nas seguintes palavras: «*Convém que Ele cresça e eu diminua*» (1).

S. Paulo refere-se com frequência ao acto de «*vestir-se de Cristo*». Não podemos, com efeito, deixar de notar a ansiedade quase angustiada com que o inspirado escritor, levado pela sua visão da magnificência dos planos de Deus, procura palavras e multiplica imagens, na ânsia de exprimir alguns retalhos das maravilhas de Cristo. Devemos desculpar aos escritores não inspirados a sua falta de clareza, quando querem explicar-nos essas maravilhas.

Renascendo pelo Baptismo, tornamo-nos membros vivos do Corpo de Cristo, compartilhando de todas as Suas riquezas, dos Seus merecimentos e da nossa qualidade de filhos, a tal ponto que uma criança, que morre imediatamente após o Baptismo, entra no Céu, não pelos seus méritos pessoais, mas por direito de herança, visto ser filha de Deus e, portanto, herdeira do Seu reino. Sendo membros vivos de Cristo, segue-se que Cristo está em nós e que o Espírito Santo está também em nós. Como nota o Santo Padre, S. Paulo diz muitas vezes: «*Cristo está em nós e nós estamos em Cristo*».

Este duplo ponto de vista poderia gerar em nós confusão. Essa confusão desaparecerá, no entanto, se nos lembrarmos de que Deus é Espírito e de que a presença dum ser espiritual não é igual à presença corpórea.

Quando um corpo material está presente num determinado lugar, cada parte daquele está numa parte deste, mas o corpo inteiro não está presente em cada uma das partes do lugar. E o mesmo corpo não está presente ao mesmo tempo e da mesma forma em qualquer outro lugar. Um ser espiri-

(1) S. João, III, 30.

tual, como a alma, está, pelo contrário, ou completamente presente num lugar ou não está aí de forma alguma. A alma humana está toda no dedo e está toda nos olhos, embora exerça actividades diferentes em cada um desses órgãos. O Espírito Santo é a alma do Corpo Místico, e está totalmente presente em cada um dos seus membros. O mesmo sucede com Cristo.

O baptismo é, portanto, o começo da sociedade vital da alma com Cristo e com o Espírito Santo, o qual desce sobre a alma e faz nela a Sua morada.

Regeneram-na, transformam-na e elevam-na à sumidade duma vida nova, dotando-a com todos os poderes necessários para o exercício das acções que essa sociedade vital envolve. Para fazermos ideia de quão extraordinária é esta «nova criatura», recordemo-nos de que Nosso Senhor insistiu em que o seu alimento devia ser a Sua própria carne e o Seu Sangue, avisando os cristãos de que se não comessem a Sua carne e bebessem o Seu Sangue, não gozariam da vida eterna. Com efeito, o Sagrado Sacramento do Corpo e Sangue de Nosso Senhor é o sacramento da união por excelência, cujas portas são abertas pelo Baptismo e só por este. Convençamo-nos, portanto, de que Cristo e o Espírito Santo não estão presentes na nossa alma de forma inactiva, como se tratasse de uma simples morada; o Seu desejo é participar de todas as acções da nossa vida e animá-las. É certo que Deus, como nosso Criador, tem o direito de exigir que todas as nossas acções sejam feitas para Ele e segundo a Sua vontade, mas, além desse direito, Cristo, como nosso Redentor Crucificado, conquistou tal direito com a Sua Paixão e Morte, pois nós também nos associámos a Ele na crucifixão. E é nesta altura que deparamos com um mistério ainda mais difícil.

Os escritos de S. Paulo não nos deixam qualquer dúvida sobre a existência duma sociedade íntima entre Nosso Senhor e nós próprios, a partir da hora da Sua Paixão. De passagem, tenhamos em mente que não foi por mera coincidência que, só depois da celebração da Primeira Santa Comu-

não pela qual Nosso Senhor se uniu tão extraordinariamente com os Seus Apóstolos, Ele nos recordou *«que é necessário que se cumpra isto que está escrito: E foi posto entre os malfetores»* (1) e que, ao chegar ao Jardim, imediatamente depois, *«Jesus começou a sentir pavor e a angustiar-se»*, dizendo: *«A minha alma está numa tristeza mortal»* (2).

Começou então essa misteriosa agonia em que Ele parece ter sentido em Si os efeitos do horror de Seu Pai pelos pecados dos homens *«entre os quais foi posto»* e que atingiu o seu ponto culminante naquela angústia extraordinária de abandono sobre a Cruz, quando exclamou: *«Meu Deus, meu Deus, por que me abandonaste?»* (3)

Antes de desenvolvermos este ponto, citemos primeiramente as palavras do Santo Padre:

«Pela visão beatífica de que gozou apenas foi concebido no seio da Mãe de Deus, tem continuamente presente todos os membros do Seu Corpo Místico e a todos abraça com amor salvador... No presépio, na cruz, na glória sempiterna do Padre, Cristo vê e abraça todos os membros da Igreja, muito mais claramente, com muito maior amor do que a mãe o filho que tem no regaço, do que cada um de nós se conhece e ama a si mesmo» (4).

E foi o próprio Deus que disse: *«Eu amei-te com amor eterno»* (5).

Como já tivemos ocasião de notar, o amor de Nosso Senhor é infinito e por isso não diminui pelo facto de ser compartilhado, de modo que todos nós podemos dizer com S. Paulo:

«Ele amou-me e entregou-Se a Si mesmo por mim» (6).

Se, portanto, vós, que ledes este livro, afirmardes que

(1) S. Lucas, XXII, 37.

(2) S. Marcos, XIV, 33-34.

(3) S. Marcos XV, 34.

(4) Enciclica Mystici Corporis.

(5) Jer. XXI, 3.

(6) Gal. II, 20.

estiveres presentes no pensamento de Nosso Senhor, no Seu Espírito e no Seu coração, durante toda a Sua vida e que a vossa salvação foi a razão de todas as Suas acções, não faltais à verdade, porque Nosso Senhor teria feito tudo isso por uma só alma.

De facto, podemos dizer que se isso fosse necessário para a nossa salvação, Ele teria passado outra vez por todos os Seus sofrimentos. Tal não é, porém, necessário, porque Ele fez mais do que o suficiente para salvar todo o género humano. E quando dizemos «salvar», esta palavra deve ser tomada no seu sentido mais lato, pois Nosso Senhor viveu, com efeito, a nossa vida por nós. Salvou-nos, não só do pecado original, mas também de cada um dos nossos pecados pessoais. Salvou-nos, não só dos nossos erros, mas também dos erros dos outros. Salvou-nos não só das nossas perversidades, mas também da malícia dos nossos inimigos, de tal forma que podemos aplicar a nós próprios as palavras de S. Paulo: «*Todas as coisas concorrem para o bem daqueles que amam a Deus*» (1) e, fazendo assim, devemos recordar-nos do comentário de St.^o Agostinho: «*Todas as coisas — sim — e até os nossos pecados*» (2).

Há outro ponto ainda a notar antes de se considerar o grau especial desta sociedade que depende da Paixão e Morte de Cristo, a saber, a particularidade do corpo Místico a que damos o nome de «quadridimensional», que não está sujeita às limitações do tempo.

Pondo de lado, de momento, o aspecto especial da Paixão, podemos tomar toda a vida de Cristo e colocá-la, por assim dizer, ao lado da vida de qualquer católico e verificar que entre uma e outra existe verdadeira associação e harmonia. Não é só verdade que se verifica uma associação recíproca entre cada ponto da vida da alma com algum ponto da vida de Cristo, mas também que *cada* momento da

(1) Rom. VIII, 28.

(2) S.^{to} Agostinho — De Catech. Rud. lib. 4 e Summa III, I, 2.

vida da alma está ligado a *todos* os momentos da vida de Cristo e que cada momento da vida de Cristo está ligado a *todos* os momentos da vida da alma. Não é nossa intenção afirmar aqui que esta relação é sempre do mesmo tipo, mas o que defendemos é que a sequência do tempo em cada uma dessas vidas e que a sequência do tempo que se interpõe entre as duas vidas devem ser completamente postas de parte, se queremos chegar a uma noção, tanto quanto possível perfeita, da ligação que existe entre elas.

Suponhamos que representamos as duas vidas — a de Cristo na Palestina no primeiro século e a do leitor aqui e presentemente — por duas tiras de papel e duas régua. Podem ser postas lado a lado, e podem mover-se uma ao longo da outra, por forma que cada ponto duma se possa colocar em lugar oposto a qualquer ponto da outra. Esta comparação dá-nos uma ideia das duas vidas, mas a realidade vai muito mais além. Cada uma dessas vidas pode, por assim dizer, ser dobrada ou mesmo comprimida num único ponto e pode ser colocada em lugar oposto ou ser ligada completamente a qualquer ponto da outra.

É isto o que sucede na Santa Comunhão. Nosso Senhor, se assim nos podemos exprimir, encerra toda a Sua vida, morte e Sacrifício, no Sacramento da Eucaristia, volta a fazer sacramentalmente o Seu sacrifício no altar e vem até nós na Santa Comunhão com todo o Seu Ser e todas as Suas riquezas, como Deus e Homem. Por que motivo? É S. João Crisóstomo que nos responde: Porque «*nos quer provar o ardente desejo que nutre de nós. Para conseguir esse fim, Ele derrama-se em nós, une-se intimamente a nós e mistura o Seu Corpo com o nosso, por forma a tornarmo-nos «unum quid» — uma coisa, uma entidade — como um Corpo ligado a uma cabeça, pois este é o maior desejo e anelo dos que se amam ardentemente*» (1).

A vida de Cristo em nós começa com o Baptismo, mas

(1) S. João Cris. In Joh. Hom. 46.

há alguma coisa da nossa vida em Cristo que parece ter começado na Paixão.

Estes dois pontos, que S. Paulo destaca, ao tratar deste assunto, têm um significado muito amplo e, por agora, não é possível abordá-los com mais profundidade. O primeiro é a associação do nosso baptismo com a morte de Cristo. «*Vós não sabeis*, escreve ele aos romanos, *que todos os que fomos baptizados em Jesus Cristo, fomos baptizados na Sua morte*»? ⁽¹⁾

O segundo é aquela série famosa de palavras desusadas, que S. Paulo inventou ou adaptou, na sua ânsia de explicar a nossa união com Cristo e que não podem ser traduzidas em linguagem corrente: Essa lista inclui as seguintes frases: «*Sofrer com Jesus Cristo; ser crucificado com Ele; morrer com Ele; ser sepultado com Ele; ressurgir dos mortos com Ele; viver com Ele; reviver com Ele* e muitas outras, todas elas marcadas com o prefixo *com* em latim. Parece mostrar-se incapaz de encontrar palavras para exprimir cabalmente a intimidade da nossa união inefável com Cristo e em Cristo.

A interpretação que Prat dá a este texto ⁽²⁾ leva-nos a crer que existe uma união especial mística com Cristo, a qual não abrange a vida mortal de Jesus; tem a sua origem apenas na altura da Paixão, quando Jesus Cristo dá começo à sua obra de redenção; mas, a partir desse momento é contínua e a «*communicatio idiomatum*» (isto é, a participação ou divisão de méritos e deméritos e a abertura do que se poderia chamar uma «*conta corrente espiritual em conjunto*») é daí por diante completa.

E acrescenta ainda: «Se retrocedermos até à origem desta união de identidade, veremos que ela se encontra por direito e potencialmente no momento em que o Salvador, agindo em nosso nome e em proveito da humanidade culpada, morreu por nós e faz com que morramos com Ele, mas efec-

(1) Rom. VI, 3-7.

(2) Cf. Prat. loc. cit. II, pg. 257.

tiva-se, em acção e de facto, em cada um de nós, quando a fé e o baptismo nos enxertam em Cristo moribundo e nos tornam participantes da Sua Morte» (1).

E o Santo Padre Pio XII diz também: «Foi pela Sua morte que o Nosso Salvador se tornou Chefe da Igreja, no sentido pleno e completo da palavra».

Discutir em que sentido nos tornamos nesse momento partícipes com Cristo seria tarefa difícil e só nos conduziria à dúvida. O que já dissemos atrás sobre a natureza desta união que desafia o tempo é o suficiente para nos convencer de que podemos considerar as nossas acções em cada momento como praticadas em sociedade com Cristo na Cruz. Com efeito, a vida de Nosso Senhor e em especial a Sua Paixão e Morte podem ser consideradas, se nos é permitida a comparação, com uma fita de cinema incompleta, a qual tem de ser novamente passada, a fim de permitir que uma das personagens desempenhe o seu papel nas diferentes cenas. Costuma, por exemplo, usar-se essa técnica para tornar possível que um só actor desempenhe dois papéis. O nosso papel na vida e morte de Jesus desempenha-se *agora*, a refilmagem começa com o nosso baptismo e acaba com a nossa morte e temos de adaptar as nossas acções ao lugar vago na filmagem primitiva e fazer com que o nosso papel se harmonize com o de Cristo, isto é, com a parte que Ele viveu. Tudo o que fizermos que fique fora do seu lugar e não seja de harmonia com o Seu plano é inútil e nocivo.

Isso, porém, não significa que Nosso Senhor não adapte o Seu trabalho na sociedade às nossas necessidades e limitações. Ele é o nosso Salvador e isso é uma circunstância que nunca devemos esquecer. E é como *Salvador* que entra em sociedade connosco. De facto, é em virtude dessa mesma sociedade que Ele nos salva. Vem até nós com conhecimento perfeito e amor ilimitado. Sabe perfeitamente o que somos e sabe perfeitamente o que será a nossa vida. Conhece os

(1) Prat. loc. cit. p. 257.

nossos defeitos e fraquezas, aqueles que são naturais em nós, aqueles que são o resultado das circunstâncias e os que são resultado dos nossos próprios pecados. Conhece tudo o que nos acontece ou está para acontecer, sabe tudo o que poderia ter sido feito para nós ou por nós mas que foi omitido.

Conhece os nossos erros e os nossos pecados, as nossas desgraças e as nossas misérias. Sabe tudo isto de antemão, mas dotado de um amor sublime, vem até nós com o poder de Deus, para nos curar desses males e está absolutamente disposto a encaminhar a nossa vida, se não Lhe criarmos obstáculos.

«E Deus é poderoso para fazer abundar em nós todos os bens; para que, tendo sempre em todas as coisas tudo o que é suficiente, abundeis em toda a obra boa» (1). «A nossa capacidade vem de Deus» (2). Ele é o nosso Suplemento Perfeito.

Assim como os dois pedaços de uma folha de papel rasgada se ajustam perfeitamente, assim também Cristo se ajusta perfeitamente à nossa vida, enchendo-a completamente.

Não importa que seja muito pequena a parte da página que representa a nossa vida — ou, se preferirmos exprimir-nos assim, a nossa falta de vida — Ele pode e de boa vontade preenche o resto da página. Ele é o nosso Complemento Pleno e o nosso Perfeito Suplemento. E isso pode dizer-se com verdade, não só pelo facto de vir até nós pelo Baptismo, mas também por nos auxiliar em todas as épocas da nossa vida e muito em especial quando recebermos a Santa Comunhão.

Numa única Comunhão podemos receber o complemento perfeito para um passado dissipado e para uma vida ruínosa. «E todos nós participamos da Sua plenitude, diz S. João» (3). Foi o próprio Nosso Senhor que disse: «Eu vim pa-

(1) II Cor. IX, 8.

(2) II Cor. III, 5.

(3) S. João I, 16.

ra que eles tenham vida e a tenham em abundância (1). E S. Paulo, arrebatado pela visão do Corpo de Cristo, escreve aos Coríntios, agradecendo a Deus «*pela graça que vos foi dada em Jesus Cristo, porque nEle fostes enriquecidos em todas as coisas... de maneira que nada falta em graça alguma a vós*» (2).

É de capital importância que nos convençamos não só da perfeição do trabalho de Deus para a nossa salvação, mas também da Sua disposição para derramar os seus frutos superabundantes sobre nós, todas as vezes que nos aproximarmos dEle com as devidas disposições.

Não há momento na nossa vida em que não possamos voltar-nos para Ele e encontrar nEle, não só o complemento perfeito de nós mesmos, por mais arredados que tenhamos andado do bom caminho, mas também a reabilitação perfeita de todo o nosso passado. Porque Ele é Deus e é nosso Salvador.

Ao iniciar-se esta sociedade pelo Baptismo, quando Cristo e o Espírito Santo entram nas nossas almas, o efeito fundamental é a infusão da graça santificante ou habitual. A melhor forma, talvez, de definir a graça é considerá-la como uma nova natureza — uma participação da natureza divina — que é sobreposta à nossa antiga natureza. Natureza é um princípio de operação com esta nova natureza, a alma torna-se apta a viver numa ordem mais elevada e converte-se em agente de actos que estão completamente acima das suas possibilidades naturais. Se pudéssemos dotar uma planta com o poder sensitivo ou um animal com o uso da razão, teríamos um exemplo da transformação radical que se produz na alma pela graça, embora tal exemplo seja ainda inadequado. Só Deus podia ter pensado num dom como a graça sobrenatural e só o amor de Deus a poderia ter concedido.

(1) S. João X, 10.

(2) I Cor. I, 5-7.

É claro que para a acção nesta esfera nova e mais elevada requere-se mais alguma coisa além da graça. E é por isso que nos são concedidas também as virtudes infusas da fé, esperança e caridade, que se chamam teologais porque se ocupam directamente de Deus, as virtudes morais que dependem da prudência, justiça, fortaleza e temperança e os sete dons do Espírito Santo. A graça, no entanto, é o dom fundamental. O que é preciso frizar, a respeito da nossa associação com Cristo, é que a graça não destrói a natureza humana, nem elimina todas as consequências do pecado original.

Este ponto é de capital importância para o entendimento exacto da vida espiritual. No Baptismo, Deus restitui-nos, pelos méritos de Cristo, a vida sobrenatural que perdemos com o pecado de Adão, mas não elimina as fraquezas, sobretudo a da concupiscência, que se mantêm em resultado da queda de Adão. O que Deus faz, na realidade, é dar-nos os meios para combatermos essas fraquezas e proporciona-nos a oportunidade de adquirirmos merecimentos, procedendo assim: A luta tem, porém, de ser continuada de nossa livre vontade, pois Deus não a força.

O uso desta vontade livre encontra diante de si grandes dificuldades, derivadas da insubordinação das nossas paixões. É nosso dever, antes de mais nada, empregar todos os nossos esforços para sujeitar a nossa razão e a nossa vontade a Deus, mas o nosso orgulho ressentem-se dessa sujeição.

Temos, em seguida, de submeter os desejos da nossa natureza animal e emocional à razão e à vontade. A concupiscência que se arraigou em nós torna difícil essa tarefa. S. João reduz a três classes as forças que se opõem a uma vida regrada: «*concupiscência da carne, concupiscência dos olhos e soberba da vida*»⁽¹⁾. S. Paulo lamenta a revolta contínua que sente no seu próprio corpo: «*porque me deleito na lei de Deus, segundo o homem interior, mas vejo nos meus mem-*

(1) S. João, II, 16.

bros uma outra lei que se opõe à lei do meu espírito e que me faz escravo da lei do pecado, que está nos meus membros. Infeliz de mim! Quem me livrará deste corpo? Só a graça de Deus por Jesus Cristo, Nosso Senhor» (1).

Esta libertação pela graça exige a nossa cooperação. Se o Baptismo é, portanto, considerado uma morte, é uma morte do nosso *eu* que se efectiva gradualmente; a sentença de morte é lida no Baptismo, porque aí renunciamos ao mundo, ao diabo e à carne, mas a execução dessa sentença é trabalho duma vida inteira que só terminará na sepultura. É esta necessidade de morrermos para nós mesmos que conduz ao ascetismo da vida espiritual. Mas, se o Baptismo é uma morte, é também uma ressurreição. Escrevendo aos romanos, diz S. Paulo: «*Nós fomos, pois, sepultados com Ele, a fim de morrer para o pecado pelo Baptismo, para que, assim como Cristo ressuscitou dos mortos pela glória do Pai, assim nós vivamos uma vida nova.*

Assim também vós considerai-vos como estando mortos para o pecado, mas vivos para Deus, em Nosso Senhor Jesus Cristo» (2). E diz aos Gálatas: «*E vivo, já não eu, mas é Cristo que vive em mim. E a vida sobrenatural com que eu vivo agora na carne vivo-a da fé do Filho de Deus, que me amou e se entregou a Si mesmo por mim»* (3).

Podemos, pois, imaginar Cristo morrendo por nós na Cruz e ressurgindo dos mortos, para voltar a viver em nós, porque cada cristão, se não tiver renegado a Cristo com um pecado mortal, pode fazer suas as palavras de S. Paulo. Mas esta ressurreição especial que se realiza em nós — chamemo-nos-lhe a ressurreição mútua de Cristo e do nosso novo ser — faz-se gradualmente e só terminará, quando nos unirmos a Ele no Céu. O homem velho que está em nós luta rigorosamente contra a morte e por isso em cada uma das nossas

(1) Rom. VII-21-25.

(2) Rom. VI — 4-11.

(3) Gál. II, 20.

acções depara-se-nos a alternativa: quem vive em mim neste momento — Cristo ou eu próprio?

O homem velho defende as suas reivindicações, mas a escolha está dependente da nossa livre vontade, embora a graça de Deus venha em nosso auxílio. Podemos decidir; está na nossa mão dizer «não» a Deus e negar-Lhe a vida em nós. É certo que dependemos da Sua graça para podermos fazer o bem, mas a graça não nos priva da liberdade e não fugimos assim à responsabilidade de uma recusa. As duas vidas estão presentes em nós: a de Cristo que Ele quer que seja a nossa e a do velho Adão, que é o nosso *eu* independente. Temos de escolher entre as duas em todas as nossas acções livres.

A obra de redenção de Deus poderia, nessas circunstâncias, parecer-nos imperfeita, visto deixar em nós muitos dos efeitos do pecado original. Mas não é assim. Esse próprio facto só mostra a perfeição dos planos de Deus, o alcance do Seu amor misericordioso e da Sua boa vontade para connosco. Os planos de Deus nunca são incompletos e as Suas providências são perfeitas. É, no entanto, da maior importância considerar a forma como Deus providenciou com respeito aos efeitos do pecado original, visto isso revelar um método que se repete muitas vezes no procedimento de Deus para com os homens, particularmente quando lhes perdoa os pecados pessoais.

Ao perdoar os pecados, Deus restitui ao pecador a Sua amizade, remove a culpa e elimina o castigo eterno devido por esses pecados. Mas há também a considerar um castigo temporal, que não é sempre perdoado completamente, se o arrependimento e amor do pecador não forem suficientemente intensos. Há ainda a considerar algumas outras consequências do pecado, como maus hábitos, por exemplo, dificuldades, danos de várias espécies e muitas outras que variam conforme as circunstâncias. Estas consequências não são eliminadas por Deus, pelo menos em resultado do Seu

perdão dos pecados. Mas, em vez disso, Deus faz outra coisa.

Como já dissemos, ao tratarmos do pecado original, Deus atribui merecimentos ao nosso trabalho de arrependimento, aos nossos esforços para vencermos as dificuldades que surgem em consequência dos nossos pecados e à paciência com que sofremos os seus efeitos. Por Seu lado, oferece-nos a Sua graça, isto é, uma comparticipação da Sua própria força, para ajudar os nossos esforços. O resultado é que passamos a gozar de uma situação em que podemos receber em compensação mais do que aquilo que perdemos pelo pecado. «Mas, onde abundou o pecado, superabundou a graça»⁽¹⁾.

Este ponto voltará a ser discutido, quando nos referirmos aos pormenores da nossa vida espiritual, mas podemos desde já afirmar que, quando Deus perdoa, faz isso de um modo digno de Deus.

Mostra-se sempre pronto a conceder ao pecador arrependido todo o auxílio que lhe é necessário para expiar o seu pecado, mas vai mais além, pois oferece-lhe a oportunidade de reaver mais do que aquilo que perdeu e de suprir o que poderia ter sido ou poderia ter feito.

Isso não significa que a segunda oportunidade, para lhe chamarmos assim, não possa oferecer dificuldades, mas as próprias dificuldades são um meio para Deus exercer a Sua misericórdia. De facto, esta oportunidade de participar no trabalho de reabilitação de cada um é apenas o resultado do tacto dedicado que caracteriza o nosso Divino Amante.

A S. Pedro, que o negou por três vezes, Ele oferece-lhe uma tríplice oportunidade para fazer uma confissão pública de amor.

Aos pecadores arrependidos, oferecem também a oportunidade para actos de amor e de reparação as faltas do passado.

O próprio amor de que estamos animados ao desempenharmos a nossa parte nessa sociedade e ao aproveitarmos

(1) Rom. V, 20.

as oportunidades que Deus nos dá para repararmos as faltas passadas — esse mesmo amor é um dom de Deus, porque a caridade com que amamos a Deus é derramada nos nossos corações pelo Espírito Santo, que é o amor Subsistente do Pai e do Filho e é o calor da Sua presença e o eco desse amor que tornamos nosso e oferecemos a Deus.

Deus é, na verdade, um Sócio Perfeito e um Amante Sublime. Quanto mais compreendermos a Sua atitude conosco e com a nossa alma, tanto mais exclamaremos com S. Paulo: «*De boa vontade me gloriarei nas minhas fraquezas, para que habite em mim o poder de Cristo*» (1).

(1) II Cor. XII, 9.

CAPÍTULO VI

MEMBROS DE CRISTO

A sociedade com Deus, de que temos falado, pode ser apreciada sob dois aspectos. Podemos considerá-la como uma união pessoal com Deus, vivo na alma, ou como um enxerto ou incorporação da alma no Corpo Místico de Cristo. Voltemos a este segundo aspecto e consideremos a qualidade de membro desse Corpo de cada cristão como indivíduo e veremos que os três requisitos que caracterizam um membro são do corpo humano têm contrapartida na qualidade de membro de Cristo. Para ser verdadeiro membro do corpo humano, o órgão ou membro em questão tem de ser animado pela vida do organismo, tem de estar sujeito ao seu princípio vivificante e deve exercer a sua actividade, não só em seu próprio proveito, mas em proveito de todo o organismo e dos outros membros. Uma bala de chumbo alojada no corpo humano não é um membro, porque não é animada pela alma, nem age em benefício dos tecidos circunvizinhos e dos órgãos. Certos crescimentos, que se verificam no corpo humano e que, em linguagem popular, se podem chamar cancro, vivem na verdade, mas vivem por sua conta e não estão propriamente sujeitos ao princípio vital do organismo. São, de facto, uma ameaça à vida do corpo.

Assim acontece com o Corpo Místico de Cristo. Para ser membro vivo, o cristão tem de viver em estado de graça — deve ser vivificado pelo Espírito Santo, que é a alma desse Corpo, deve sujeitar-se a esse Espírito vivificante, o

que quer dizer que deve amar a Deus e fazer a Sua Vontade e procurar o bem dos outros membros, o que significa que deve amar o próximo. Examinai por uns momentos o diálogo do Evangelho de S. Lucas, em que o doutor da lei pergunta a Nosso Senhor: «*Mestre, que devo fazer para alcançar a vida eterna?*»⁽¹⁾ Nosso Senhor respondeu perguntando-lhe o que estava escrito na lei e a resposta foi a seguinte: «*Amarás ao Senhor teu Deus com todo o teu coração, com toda a tua alma e com todas as tuas forças e com todo o teu entendimento e o teu próximo como a ti mesmo*».

Nosso Senhor aprovou a resposta e disse: «*Respondeste bem, faz isso e viverás*».

Poderia fazer-se uma declaração mais explícita da lei da vida e da qualidade de membro do Corpo Místico de Cristo?

O amor de Deus é, portanto, o princípio essencial da vida espiritual; sem ele tudo o mais é inútil. Mas o homem é um ser racional e não pode amar o desconhecido. O conhecimento deve, portanto, preceder o amor. E se esse amor pretende significar um abandono completo do nosso eu, a perda da nossa vida individual para encontrar um novo eu e uma nova vida — para encontrar, em suma, tudo na nova qualidade, de membros de Cristo, é ainda mais necessário possuir um conhecimento exacto e profundo de Cristo e do Seu amor. Mas, neste mundo, o único caminho para se conhecer a Deus sobrenaturalmente é a fé. A razão pode dar-nos um conhecimento exacto, embora natural, da Sua existência, mas só a fé nos pode dizer das maravilhas do Seu amor e dos Seus planos a nosso respeito. Só a fé nos pode pôr em contacto vital com Ele, porque, quando acreditamos em Deus, participamos do Seu conhecimento, apoiamo-nos n'Ele e recebemos d'Ele a nossa força.

Devemos, no entanto, ser claros a respeito do sentido em que tomamos as palavras «fé» e «crença», pois há sobre

(1) S. Lucas, X, 25-28.

isso más interpretações e deparamos por vezes com noções erradas sobre a sua verdadeira natureza.

A palavra «acreditar» é por vezes usada, em linguagem corrente, para indicar uma opinião, uma conjectura e implica, por isso, incerteza. Em discussões religiosas, aplica-se, por vezes, a uma forma de forçar o nosso assentimento sem bases adequadas, parecendo por isso tratar-se de uma espécie de auto-sugestão. Ambas estas noções são erróneas, se forem aplicadas à fé católica. O significado próprio de acreditar é aceitar a verdade, fiados no testemunho de outro. Como, em casos ordinários, o nosso informador pode estar em erro, isso pode dar lugar a incertezas. Mas, tratando-se da fé sobrenatural, aceitamos a verdade fiados no testemunho de Deus, o que nos garante certeza absoluta. Não pode haver lugar a dúvidas, embora, por vezes, possamos deparar com dificuldades. No que respeita à fé, temos de assentar nisto: que, quando *vemos* a verdade, aceitamo-la atendendo à sua evidência intrínseca que força o entendimento, mas quando *acreditamos* na verdade, falta essa evidência intrínseca e por isso o entendimento pode recusar o seu assentimento e é por conseguinte necessário um acto da vontade para a deduzir. No caso presente, porém, essa acção da nossa vontade não vai contra a razão.

A Igreja insiste em que a razão não colide com a fé e, longe de nos pedir que renunciemos ao uso do raciocínio, ensina-nos que a fé se funda na razão. Admitido, contudo, o princípio de que a autoridade com que acreditamos é razoável, essa autoridade pode pedir-nos que vamos *além* da razão, mas nunca *contra* ela. Podemos não ver como é que há Três Pessoas num só Deus, mas não podemos negar que é racional aceitar a palavra de Deus que nos diz que as há, de facto. «A Fé, como diz Prat, não é uma simples intuição, uma tendência mística para um objecto mais conjecturado do que conhecido; pressupõe a pregação; é a submissão do entendimento ao testemunho divino. A fé opõe-se à vista, quer no que respeita ao objecto conhecido, quer no que respeita à forma como se conhece; esta é imediata e intuitiva, aquela opera através de

um agente intermediário. No entanto, a fé não é cega, dá razão a si mesma e aspira sempre a maior clareza» (1).

Tudo isto, é claro, não é para negar que, geralmente, muitos que nascem na religião católica começam por acreditar simplesmente e que é só depois de se dedicarem ao seu estudo que encontram a base racional do acto de fé.

Nas Sagradas Escrituras, o termo «fé» não é usado muitas vezes no sentido isolado de mero assentimento intelectual à verdade; «vem, em geral, acompanhado de um sentimento de segurança, confiança, abandono, obediência e amor filial; a adesão do entendimento produz uma emoção viva no coração» (2). Nos escritos de S. Paulo, é comum um significado mais complexo dessa palavra e especialmente quando emprega a frase acreditar *em* Deus, quer significar não só «crer na Sua existência, mas também descansar nEle como num apoio inamovível, refugiar-se nEle como lugar seguro de abrigo ou tender para Ele, como nosso fim supremo» (3). Este hábito é apenas o reflexo do facto que uma fé viva tende sempre para uma acção de qualquer espécie. No nosso caso, portanto, pode ser examinada em melhores condições, tendo em consideração as suas manifestações. Por agora, insistiremos apenas no seu carácter sobrenatural, o qual pressupõe, portanto, um poder sobrenatural na alma. Este poder é a virtude infusa e teologal da fé, que é o fundamento de toda a vida espiritual e que nos é dada no Baptismo.

Poderia talvez comparar-se a alma cristã a um piloto «que voa às cegas», que segue o rumo e ordens pela rádio. Tem de estar equipado com um aparelho receptor devidamente sintonizado e deve ter confiança na existência e instruções dos dirigentes.

A alma cristã está em situação semelhante. Precisa de um equipamento sobrenatural para receber e acatar a direcção de Deus com certeza e confiança. A sua carência é ainda

(1) Prat I. c. II, 236.

(2) Prat, I. c. II, 236.

(3) Prat, I. c. II, 236.

muito superior à do piloto, porque o cristão tem ainda de acreditar na existência do avião em que viaja!

Diz S. Paulo: «A fé é o fundamento das coisas que se esperam e uma demonstração das coisas que não se vêem» (1).

No Baptismo, além da fé, é-nos infundida também a virtude sobrenatural da esperança. A respeito desta virtude, correm muitas noções erradas sobre o seu significado religioso.

A definição clássica de «expectativa, mais ou menos vã ou bem fundada de um acontecimento feliz ou infeliz», não se pode aplicar à esperança cristã. «Não há nada vão ou incerto na esperança em Deus, porque a nossa esperança, do mesmo modo que a nossa fé, baseia-se na bondade e omnipotência de Deus» (2).

Ao referir-se ao testemunho que o Espírito Santo dá da nossa qualidade de filhos resultante da nossa incorporação em Cristo e ao nosso consequente direito de herdeiros, diz S. Paulo: «Porque na esperança é que fomos salvos. Ora a esperança que se vê, não é esperança» (3). É certo que não possuímos ainda nem vemos a alegria e glória que nos espera no Céu, mas temos direito a elas, e ninguém nos pode deserdar sem o nosso consentimento.

Este ponto é tão importante, que vale a pena examinar a teologia da esperança. A esperança é uma virtude teologal e o seu objecto é Deus. Esperamos em Deus, esperamos possuí-Lo e os meios para o conseguirmos. Esperamos também em Deus, porque é com o Seu poder infinito que contamos para sermos levados até Ele e porque é na Sua bondade e misericórdia que confiamos para O movermos a fazer isso e não nos nossos merecimentos.

Mas vejamos o que diz o teólogo Billuart, ao comentar S. Tomás. Apreciando «os motivos e a razão por que esperamos e aguardamos com certa confiança a felicidade eterna e os meios para a alcançarmos», diz: «Esses motivos são o

(1) Heb. XI, 1.

(2) Prat, loc. cit. II, 333.

(3) Rom. VIII, 24.

auxílio da divina onnipotência, pois não podemos com confiança esperar a felicidade senão d'Aquele que sabemos poder e estar disposto a dá-la. Deus, como Ser onnipotente, pode concedê-la e, oferecendo-nos auxílio, mostra que está disposto a dá-la». E continua: «A última análise da nossa esperança temos de a ir procurar na divina onnipotência, pois, se nos perguntam por que motivo esperamos a felicidade, a resposta é — porque Deus pode e quer dá-la, assim como a quem pergunta por que razão acreditamos na Unidade e Trindade de Deus, a resposta adequada é — porque Deus, que é verdadeiro, o revelou» (1).

S. Tomás resume a teologia da esperança cristã no seu estilo lacónico habitual. «A esperança, diz, procura alcançar Deus, contando com o Seu auxílio para adquirir o bem que se espera».

E friza que esperamos o bem infinito, que é Deus, contando com o poder infinito, o único capaz de nos conduzir ao bem infinito e que esse poder é o próprio Deus» (2).

Tratando da questão da certeza inerente à nossa esperança nesta vida, S. Tomás aprecia a objecção de que a esperança vem através da graça e merecimentos e nós não podemos estar certos destes nesta vida. A sua resposta é claríssima: «A esperança, escreve, não se baseia na graça já alcançada, mas na onnipotência e misericórdia divinas, pelas quais, mesmo aquele que não alcançou graça, pode obtê-la, de forma a conseguir a vida eterna. Todo aquele que crê em Deus pode estar certo da onnipotência de Deus e da Sua misericórdia» (3).

A última autoridade na terra é a Igreja infalível e os seus ensinamentos encontram-se nas definições do Concílio de Trento, onde lemos: «*Todos devem colocar uma esperança bem firme no auxílio de Deus, porque, assim como Ele começou um bom trabalho, assim também o tornará per-*

(1) Billuart-De Spe, 1. ad 2.

(2) II-II^{ae}, 17, 2.

(3) II-II^{ae}, 18, 4, ad 2.

feito, e levará a cabo, a não ser que não se coopere com a Sua graça ⁽¹⁾.

Mesmo aqueles que não estão em estado de graça não devem perder a esperança, porque o Concílio condena aqueles que dizem que quem cair depois do Baptismo, não pode, com a graça de Deus, tornar a levantar-se. Mas, para aqueles que estão em graça e, portanto, em contacto vital com o Corpo Místico de Cristo, há ainda outra razão para a esperança, que poderá parecer inacreditável. Ao discutir os efeitos do Baptismo, S. Tomás estabelece o seguinte princípio:

«Pelo Baptismo, somos incorporados na Paixão e Morte de Cristo, como diz S. Paulo: «E, se morrermos com Cristo, creiamos que viveremos também juntamente com Cristo» ⁽²⁾.

Daí conclui-se claramente que a Paixão de Cristo comunica-se aos baptizados como remédio, como se eles próprios tivessem sofrido e morrido» ⁽³⁾.

E ao apreciar a objecção de que a culpa só é remida pela expiação, repete o princípio de que o baptizado, porque é membro de Cristo, participa da expiação da Sua Paixão, como se ele próprio a tivesse sofrido ⁽⁴⁾.

O membro de Cristo pode, portanto, avocar a si os merecimentos infinitos de Cristo, como se fossem seus e oferecê-los a Deus pelas suas necessidades e esse título especial adquirido no Baptismo dura enquanto não cair em pecado mortal. Que limites se estabelecem, portanto, à sua esperança!

Voltaremos a este assunto, quando tratarmos da confiança que deve caracterizar a vida do católico. Devemos, no entanto, notar desde já que o fundamento da esperança cristã não se encontra nos nossos próprios merecimentos, mas, sim, nos merecimentos infinitos de Cristo, não na nossa bondade e justiça, mas na bondade e misericórdia infinitas de Deus. O poder fundamental da esperança em Deus é-nos,

(1) Conc. de Trento, Sess. VI, cap. XIII.

(2) Rom. VI, 8.

(3) Cf. III, 69, 2.

(4) Ibid. ad 1.

portanto, dado pela virtude infusa da esperança no Baptismo e só se perde por um pecado deliberado de desespero.

As duas virtudes da fé e da esperança estão intimamente ligadas e manifestam-se de muitas formas na vida espiritual, onde as examinaremos com mais profundidade.

Há, todavia, uma virtude ainda mais importante que nos é dada no Baptismo e que é a virtude da caridade. Aqui também temos de começar por rebater a interpretação errada que se dá vulgarmente a certas palavras. A caridade, hoje em dia, significa geralmente uma espécie de compaixão humanitária pelos pobres e em geral significa dar esmolas. Este significado não é, claro está, totalmente errado, mas é apenas uma sombra da realidade. A caridade, de que falamos, é uma virtude pela qual amamos a Deus sobre todas as coisas, em atenção a Ele Próprio, e pela qual amamos o próximo por amor de Deus. Esta é, de facto, a virtude essencial de um membro vivo do Corpo de Cristo. Já vimos que a própria natureza da qualidade de membro de um corpo natural, exige que esse órgão ou membro viva para benefício de todo o organismo.

No Corpo Místico passa-se a mesma coisa; a nossa qualidade de membros de Cristo exige que vivamos para Ele e não para nós próprios. É certo que, na Sua infinita bondade, Deus fez com que valesse bem a pena proceder assim, mas o verdadeiro amor procura, não o próprio benefício, mas sim o benefício da pessoa amada.

Este amor sobrenatural a Deus por Si próprio está fora das faculdades da nossa natureza e necessitamos portanto de uma virtude especial, infundida por Deus, para O podermos amar como Ele deve ser amado.

Mas só Deus pode amar a Deus, como Ele deve ser amado e, portanto, a faculdade de amar que Ele nos dá é, em certo modo, uma participação criada do Seu amor a Si Próprio. O amor de Deus a Si Próprio é Deus, é o Espírito Santo, e o Espírito Santo desce a derramar a caridade nos nossos corações.

Mas há ainda uma ternura especial no que diz respeito à obra de Deus nas nossas almas, que deve ser notada.

Ele quer o nosso amor, mas quer mais do que o amor natural. O nosso amor por Ele deve ser sobrenatural, mas tem de ser nosso. O amor que Deus tem a Si próprio, embora digno d'Ele, não pode ser o nosso amor por Ele, porque então teríamos de ser Deus — o que é impossível — e Ele não teria também o atributo especial que vem através do amor pessoal do nosso coração. Ele nunca força a nossa vontade livre e por isso idealizou esta admirabilíssima sociedade em que nos associamos com o Espírito Santo, por forma a podermos dar-Lhe o amor dos nossos corações, um amor que se pode em verdade chamar divino, porque nos é dado pelo Espírito Divino. Com efeito, S. Tomás não hesita em dizer: «A caridade produz um efeito infinito, quando liga a alma a Deus e a torna santa. Isto mostra a infinidade do poder divino, que é a fonte da caridade ⁽¹⁾ e noutro sítio diz que a caridade nos é dada «por infusão do Espírito Santo. Que é o amor do Pai e do Filho e de Quem a caridade criada é uma participação em nós» ⁽²⁾.

Examinemos agora a natureza especial destas três virtudes fundamentais da vida cristã.

Representam um poder para praticar uma acção que visa directamente a Deus, poder que pode acertadamente descrever-se como uma participação do próprio poder de Deus. Este tríplice poder é o primeiro efeito da nossa incorporação em Cristo e consequente «divinização das almas pela graça». Embora cada um deles represente a faculdade para actuar «divinamente» — por uma forma criada, evidentemente — e implique uma acção correspondente por parte, de Deus, esta acção depende, no entanto, também do nosso livre arbítrio, de modo que nós somos, na realidade, os autores dos nossos actos e só podemos perder esses poderes, por um acto deliberado da nossa vontade.

(1) II-II^{ae}, 23, a ad 3.

(2) II-II^{ae}, 24, 2.

Representam os actos essenciais da vida espiritual, pois, sem eles, esta não existe. Dão-nos uma prova clara do facto de a vida cristã ser uma sociedade vital entre Deus e a alma humana e mostram-nos um dos resultados da influência vivificante do Espírito Santo, que actua como «alma» no Corpo Místico de Cristo. O valor dos actos produzidos desta forma não pode ser medido por padrões humanos.

Visam directamente a Deus e não é necessário que produzam efeitos visíveis. Somos, por vezes, tentados a medir o valor dos nossos actos pelo «bem» que produzem — bem para as almas, para os homens, para os pobres, para os doentes e outros bens semelhantes. Lendo S. Paulo, verifica-se melhor o engano de tal processo.

No capítulo 12.º da primeira epístola aos Coríntios, S. Paulo aprecia as formas pelas quais o Espírito Santo manifestava habitualmente a Sua presença nas almas; os milagres, as profecias, o dom das línguas e outros fenómenos extraordinários eram coisas bem conhecidas nesses dias, mas eram todas obra do mesmo Espírito Santo. S. Paulo insiste nesta união fundamental e a esse respeito faz uma descrição muito explícita da unidade do Corpo Místico e retrata a dependência mútua dos seus membros.

A variedade que se verifica naturalmente entre os seus membros conduz a uma variedade de operações e S. Paulo enumera algumas das funções que então eram desempenhadas na Igreja: apóstolos, profetas, doutores, operadores de milagres, os que eram dotados do dom das línguas, do poder de cura e de outros dons notáveis, que prestavam grande serviço na instalação da Igreja.

Pois, apesar do valor e das maravilhas desses dons, S. Paulo não hesita em dirigir-se aos Coríntios numa exortação que é considerada clássica:

«*Aspirai a dons melhores. E eu vou mostrar-vos um caminho mais excelente*». Inicia então um hino de louvor à caridade, que é o melhor dom e o caminho mais excelente e acaba afirmando: «*Agora, pois, permanecem estas três coisas: a fé, a esperança e a caridade; porém, a maior delas é*

a caridade» (1). Mas a caridade não é só mais excelente, é também a única virtude e o único caminho essenciais:

«Ainda que eu falasse as línguas dos homens e dos anjos, se não tiver caridade, sou como um bronze que soa, ou como um címbalo que tine. E ainda que eu tivesse o dom da profecia e conhecesse todos os mistérios e toda a ciência e tivesse toda a fé, até ao ponto de transportar montes, se não tiver caridade, não sou nada. E, ainda que distribuísse todos os meus bens no sustento dos pobres e entregasse o meu corpo para ser queimado, se não tiver caridade, nada isto me aproveita» (2).

Estas são as palavras de S. Paulo, mas são também as palavras de Deus, que é o autor das Escrituras inspiradas. Não há que fugir ao seu significado, que é muito claro.

Por muito que façamos, de nada serve, se o não fizermos por amor de Deus. Deus quer o nosso amor e nenhuma outra coisa O satisfaz. É isso o que Ele sobretudo procura nas nossas obras. As coisas que fazemos ou conseguimos não têm para Ele um valor primário, porque Ele pode criá-las por um mero acto do Seu pensamento e com a mesma facilidade pode suscitar outros agentes livres para fazerem o que nós fazemos. Mas o amor dos nossos corações é qualquer coisa de especial que mais ninguém Lhe pode dar. É certo que Ele pode criar outros corações para O amarem, mas, uma vez que nos criou e nos dotou de vontade livre, o amor especial do nosso coração é qualquer coisa única e em certo modo insubstituível. Seja como for, não é em atenção a Si que deseja o nosso amor, mas, sim, porque deseja a nossa felicidade na Sua companhia para sempre e só pode fazer isso, se nós Lhe consagrarmos o nosso amor.

Poderá parecer que isso é qualquer coisa que está fora das nossas faculdades ou preferências. Nas relações humanas fala-se de «paixões súbitas»; não é, ao que parece, qualquer coisa de pensado, uma coisa que se pode fazer, quando

(1) I Cor. XIII, 13.

(2) I Cor. XIII, 1-3.

se quer. Esse despertar especial de um interesse novo e particular por determinada pessoa e a manifestação de um novo poder para a amar, que eleva todo o nível de vida de um homem ou de uma mulher e abre a porta à forma mais elevada da felicidade humana, parece ser qualquer coisa de fortuito, um acidente, um caso de sorte. Quer seja assim, quer não, verifica-se uma analogia profunda entre o humano e o divino na qual desejamos insistir neste livro.

Mas há uma diferença importante no que diz respeito ao amor de Deus. Aí, em vez de se falar de uma alma que se apaixona, seria mais apropriado dizer que o amor caiu na alma, porque Deus nos dá o amor com que O havemos de amar. Mais do que isso: dá-nos o dom da sabedoria, que nos habilita a adquirir um gosto especial e um deleite em Deus, na Sua amizade e nos Seus caminhos. Tanto o amor como a sabedoria vêm de Deus; isto ajudar-nos-á a compreender o tratamento que de outra forma nos pareceria rude, do hóspede que, na parábola do Evangelho foi à festa nupcial sem vestes apropriadas. A não ser que se conclua que as vestes eram fornecidas pelo dono da casa, não se compreenderia o seu ressentimento pela recusa do convidado a aceder ao seu convite e passaria despercebido o paralelo com o homem que se dedica ao serviço de Deus sem amor no coração, porque se há dom que se tem de pedir — e há muitos — um deles é por certo o dom do amor de Deus.

A fonte da verdadeira felicidade nesta vida e na outra é só uma — amar e ser amado. O conhecimento que não conduz ao amor é vão e estéril. É certo que o amor se exterioriza de muitas formas e é certo que se pode pôr em dúvida a sua realidade, se não se exprimir por qualquer modo. Não obstante isso, porém, é o amor e só amor que importa. S. Paulo e todos os Santos sabiam isso e Nossa Senhora também o sabia. Nosso Senhor sabe-o e o próprio Deus sabe-o e no-lo diz nas Escrituras: «*Eu amei-te com amor eterno*» (1)

(1) Jer. XXXI, 3.

«Meu filho, dá-me o teu coração» (1). «O amor é o complemento da lei» (2). Mas, quando percorremos as Escrituras, notamos que Deus não restringe o Seu mandamento de amor ao amor a Si próprio; insistiu em que devemos amar o nosso próximo e torna-se bem claro que considera os dois amores inseparáveis e como sendo um e o mesmo. Não faltam nas Escrituras textos como estes: «Amarás o teu próximo por amor de Deus» (3). *Todos os outros mandamentos se resumem neste: Amarás o teu próximo como a ti mesmo* (4)» e a exortação final de Nosso Senhor aos Seus discípulos o «Seu mandamento»: *que vos ameis uns aos outros, como eu vos amei* (5).

Esta insistência a respeito do amor fraterno e a sua identificação com o amor Divino parece surpreendente à primeira vista, mas o seu significado torna-se claro, se tivermos em mente os princípios que regulam a acção dos membros do Corpo Místico.

Os órgãos do corpo humano dependem uns dos outros e operam para benefício mútuo e, por conseguinte, para o bem de todo o organismo. Um corpo estranho alojado no organismo distingue-se do que vive em união viva com o todo, pois não actuam com o resto do sistema.

É pelo menos um estorvo. Se nós não cooperamos também com os outros membros do Corpo de Cristo, o nosso título à qualidade de membros vivos desse Corpo fica comprometido imediatamente. Não podemos fazer uma distinção completa entre Cristo e os Seus membros; não podemos amar a Cristo, sem estarmos dispostos a amar Cristo integral — Cabeça e membros.

O que fizermos aos outros membros, nossos semelhantes fazemo-lo a Ele — porque são o Seu Corpo. É Ele próprio que o diz: «*Na verdade vos digo que todas as vezes que*

(1) Prov. XXIII, 26.

(2) Rom. XIII, 10.

(3) S. Lucas, X, 28.

(4) S. Mat. XXII, 40.

(5) S. João XV, 12.

vós fizestes isto a um destes meus irmãos mais pequeninos, a mim o fizestes» (1). É a Cristo que servimos ou injuriamos na pessoa do nosso próximo.

Se a nossa caridade fraternal é ser cristão, o seu motivo primacial deve ser o amor de Cristo.

É por isso que os teólogos não distinguem essencialmente um preceito duplo de caridade, um para Deus e outro para o próximo; só reconhecem um — o amor de Deus. E é por isso que escreve S. João: «*Se alguém disser: Eu amo a Deus e odiar o seu irmão, é um mentiroso. Porque aquele que não ama o seu irmão, a quem vê, como pode amar a Deus, a quem não vê?... Se nos amarmos mutuamente, Deus permanece em nós e a sua caridade é em nós perfeita. Por isto conhecemos que estamos nEle e Ele em nós, porque nos comunicou o Seu Espírito*» (2). *Amemo-nos uns aos outros, porque a caridade vem de Deus. E todo o que ama, nasceu de Deus e conhece a Deus. Quem não ama, não conhece a Deus, porque Deus é caridade»* (3).

Podiam escrever-se volumes a comentar estes textos. Numa coisa, porém, temos de assentar e é que para permanecerem em Deus, temos de amar o nosso próximo; a caridade fraterna é uma manifestação necessária do amor de Deus, que não existe sem ela. Na parte prática deste livro, trataremos da obra da caridade fraterna. Notemos, porém, desde já, que a caridade não nos obriga a gostar das outras pessoas, mas sim a amá-las e o amor é um acto de vontade que nos leva a desejar bem aos outros. Além disso, o que passa por ser caridade fraterna não chega muitas vezes a ser sequer cristão. A civilização moderna está cheia de humanitarismo, que não é caridade cristã, porque a sua razão de ser não é o amor de Deus. Poderá ser amor dos homens, mas, as mais das vezes, é apenas amor de comando. Qualquer que seja o seu motivo, se este não procede do amor

(1) S. Mat. XXV, 40.

(2) I S. João IV, 12, 13 e 30.

(3) S. João IV, 7-8.

de Deus, de *nada serve*. Este é um ponto em que muitos católicos e até religiosos cometem erros fatais, que tornam muito do seu trabalho a favor do próximo estéril e inútil, porque os seus fins são humanos. A esses pode ser aplicado o tríplice aviso de Nosso Senhor: «*Em verdade vos digo que já receberam a sua recompensa*» (1).

Não devemos, no entanto, generalizar demasiadamente a nossa condenação, porque, quando uma pessoa trabalha cumprindo aquilo que julga ser do seu dever, Deus não deixará de ter compaixão dela e de lhe dar a graça necessária para rectificar as suas intenções.

Fique, porém, assente que numa vida cristã e sã, o trabalho do homem deve ser todo feito com Deus, para Deus e em Deus; o amor de Deus deve ser ao mesmo tempo, a sua fonte, o seu fim e o seu principal valor.

A vida espiritual é toda um caso de amor com Deus e se essa expressão está associada a coisas que aqui são descabidas, é porque se abusa dela e não porque se lhe atribui o verdadeiro sentido.

Como veremos, o próprio Deus serve-se do amor humano, para nos ensinar os segredos do amor divino.

O amor de Deus por nós está patenteado na Vida, Paixão e Morte de Nosso Senhor. A nossa retribuição é a influência do amor a Deus na nossa própria vida e isso manifesta-se especialmente pela caridade fraterna. Deus não nos dá só a faculdade de O amarmos, mas também a oportunidade para exercermos essa faculdade. Deus basta-se a Si mesmo e como não podemos acrescentar-Lhe nada, o nosso amor parece por vezes um amor sem esperança e inútil. Mas Deus identificou-se por tal forma com as necessidades do nosso próximo, que aquilo que fazemos aos outros, por amor de Deus, é como se o fizéssemos a Ele próprio.

O amor de Deus, portanto, e o amor do próximo são uma e a mesma virtude. Esta virtude é uma consequência da nossa incorporação em Cristo, mas é também o meio de

(1) S. Mat. VI, 2.

cumprirmos a lei da nossa vida em Cristo. É Deus que opera em nós para amarmos e para fazermos obras de amor. Estas obras são muitas e para as praticarmos, Deus deu-nos outras virtudes chamadas morais, que dependem das quatro virtudes cardeais, prudência, justiça, fortaleza e temperança.

Precisamos delas para regularmos todas as nossas acções, para sermos honrados com o nosso próximo, para controlarmos os nossos apetites inferiores e para vencermos a fraqueza e o medo, por forma que todas as nossas acções sejam dignas da vida do Corpo de Cristo.

Além destas virtudes e dos sete dons do Espírito Santo, a nossa vida em Cristo necessita de uma série contínua de auxílios, chamados graças actuais, pelas quais somos incitados a fazer o bem e somos ajudados em todas as nossas acções. Não podemos começar um único acto bom, sem o auxílio de Deus. «*Sem mim, nada podeis fazer*» (1). Mas Deus é o nosso Pai e não falta aos seus filhos, e Cristo é a Cabeça do Seu Corpo, como ensina a Igreja: «*Ele derrama incessantemente a Sua graça sobre aqueles que foram justificados, do mesmo modo que a cabeça exerce a sua influência sobre os membros e a vinha sobre os ramos e esta graça prende sempre, acompanha e segue as suas boas acções*» (2). No Corpo Místico, há, por assim dizer, um sistema nervoso completo, que controla as acções de todos os seus membros, as quais paralisam sem essa iniciação vital e guia. A obra da graça actual é de grande importância na vida espiritual, mas para examinarmos essas virtudes ou as graças diferentes com mais pormenores, tornaríamos este trabalho demasiadamente teórico e colocar-nos-íamos no perigo de perder de vista o plano geral da vida cristã, que se vive através de Cristo, com Cristo e em Cristo, na unidade do Espírito Santo para glória de Deus Eterno.

(1) S. João XV, 5.

(2) Conc. de Trento, Sess. VI — cap. 16.